

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO

ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO

**A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL  
MATERIAL**

Belo Horizonte

2017

ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO

**A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL  
MATERIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Gestão & Organização do Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão & Tecnologia

Orientador: Dra. Cátia Rodrigues Barbosa

BELO HORIZONTE

2017

Araújo, Anna Karoline Pacheco Teixeira de.

A gestão da informação na proteção do patrimônio cultural material [manuscrito] / Anna Karoline Pacheco Teixeira de Araújo. – 2017.

A663g

86 f., enc. : il.

Orientadora: Cátia Rodrigues Barbosa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 79-87.

Inclui anexos.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Patrimônio cultural – Proteção – Teses. 3. Gerenciamento da informação – Teses. I. Título. II. Barbosa, Cátia Rodrigues. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 351.71



## FOLHA DE APROVAÇÃO

A gestão da informação na proteção do patrimônio cultural material

**ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, linha de pesquisa Gestão e Tecnologia.

Aprovada em 30 de novembro de 2017, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cátia Rodrigues Barbosa - Orientadora  
ECI/UFMG

Prof(a). Yves Bergeron  
UQAM-CA (por videoconferência)

Prof(a). Renata Maria Abrantes Baracho Porto  
ECI/UFMG

Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa  
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2017.



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO

Realizou-se, no dia 30 de novembro de 2017, às 14:00 horas, Sala 1000 - ECI/UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A gestão da informação na proteção do patrimônio cultural material*, apresentada por ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO, número de registro 2016662250, graduada no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cátia Rodrigues Barbosa - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Yves Bergeron - UQAM-CA (por videoconferência), Prof(a). Renata Maria Abrantes Baracho Porto - ECI/UFMG, Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa - ECI/UFMG.

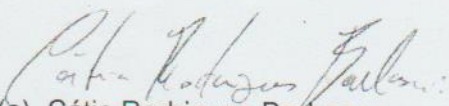
A Comissão considerou a dissertação:


Aprovada

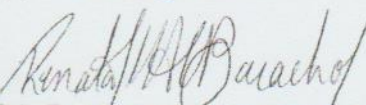
Reprovada


Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2017.

  
Prof(a). Cátia Rodrigues Barbosa

  
Prof(a). Yves Bergeron

  
Prof(a). Renata Maria Abrantes Baracho Porto

  
Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa

Dedico essa conquista a todos que participaram da formação do meu caráter.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que ao levar minha mãe para um plano de luz nunca me deixou sozinha e me cobriu com um manto de proteção colocando em minha vida pessoas maravilhosas que me ajudaram na formação do meu caráter e a lutar por meus objetivos.

Ao meu filho Pedro que ensinou o que é amar sem limites.

Agradeço a minha mãe que lutou bravamente contra uma doença inglória, mesmo perdendo a batalha tão nova, aos 27 anos, me deixou o lindo exemplo ser feliz em cada minuto...até o fim.

A minha vó e mãe Avenina que por minha felicidade abriu mão das próprias ambições.

Ao meu vô Pacheco que foi meu pai, meu amigo e meu exemplo de resiliência.

Ao meu marido Eduardo, companheiro, amigo e meu maior incentivador.

As minhas tias Kátia e Cristina que fizeram e fazem com perfeição os papéis de mãe e avó, meus exemplos de força e perseverança.

Aos meus tios Flávio, Davi e Djalma que também são meus verdadeiros pais e avôs do Pedro.

Aos meus irmãos de coração Aninha, Gugu, Iarinha, Juju, Amandinha e Thaís.

A minha querida orientadora Cátia que me mostrou o caminho da perseverança ao longo dessa caminhada e que sempre esteve disponível.

Aos meus sogros (Ivalter e Lourdinha), cunhados (Léo, Gisele, Alessandra, Cynthia, Ricardo e Fernando) e sobrinhos (Gabi, Arthur, Sophia e Heitor) que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço todos que participaram de minha formação.

Gratidão! Obrigada!

*We're just two lost souls swimming in a fish bowl. Year after year. Running over the same old ground... What have we found? The same old fear.*

*David Gilmour e Roger Waters.*

## RESUMO

Desde o final do século XVIII, buscou-se consolidar instrumentos jurídicos capazes de legitimar a preservação e aplicar sanções para evitar qualquer tipo de dano ao patrimônio cultural material. Ocorre que a consolidação de instrumentos jurídicos não implica, necessariamente, na manutenção do bem. No Brasil a proteção do patrimônio público é um direito fundamental estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CR/88). São inúmeras ações judiciais que buscam o reparo de um dano causado ao patrimônio. Questionou-se se em outros países o patrimônio possuía o mesmo tipo de proteção e diante a questão foi realizada análise comparada entre as cidades de Sabará (Minas Gerais, Brasil) e Montréal (Québec, Canadá). Ao longo da pesquisa buscou-se evidenciar que a preservação dos bens por estruturas jurídicas necessita do auxílio constante de métodos e soluções inerentes da gestão da informação. Foi apontado como objetivo geral analisar demonstrar como o uso da informação pode auxiliar na redução de danos ao patrimônio cultural. Pretendeu-se identificar e criar suportes e dispositivos tecnológicos informacionais que permitam um acesso amplo aos patrimônios públicos culturais materiais. Assim, conseqüentemente, esses dispositivos podem ser utilizados na preservação do patrimônio na medida de sua exposição virtual orientada solução de problemas, acessibilidade e conhecimento dos processos de tomada de decisão.

**Palavras-chave:** Proteção Informacional; Patrimônio Cultural; Preservação; Sabará-Montréal; Tecnologia.

## ABSTRACT

Since the end of the eighteenth century, we have sought to consolidate legal instruments capable of legitimizing preservation and applying sanctions to avoid any kind of damage to material cultural heritage. It happens that the consolidation of legal instruments does not necessarily imply the maintenance of the property. In Brazil, the protection of the public patrimony is a fundamental right established in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 (CR / 88). There are numerous lawsuits seeking to repair damage to property. It was questioned if in other countries the patrimony had the same type of protection and before the question was carried out comparative analysis between the cities of Sabará (Minas Gerais, Brazil) and Montréal (Québec, Canada). Throughout the research was tried to evidence that the preservation of the goods by legal structures needs the constant help of methods and solutions inherent in information management. It was pointed out as a general objective to analyze information management as a means of preserving the material cultural heritage. It was intended to identify and create information technology devices and devices that allow a wide access to the material cultural public assets. Thus, consequently, these devices can be used in the preservation of heritage as far as their virtual exposure oriented problem solving, accessibility and knowledge of decision-making processes.

Keywords: Information Protection; Cultural heritage; Preservation; Sabará-Montréal; Technology

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- PROPOSTA DE CICLO INFORMACIONAL.....	22
FIGURA 2	- ALGUMAS FONTES DE INFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL..	24
FIGURA 3	- MAISON VAN HORNE.....	30
FIGURA 4	- SAINT JOSEPH’S ORATORY.....	32
FIGURA 5	- VISÃO PANORÂMICA DO ORATÓRIO.....	33
FIGURA 6	- MARCHÉ BONSECOURS.....	34
FIGURA 7	- A FACHADA DA BASÍLICA NOTRE-DAME.....	35
FIGURA 8	- EDIFÍCIO MOUNT ROYAL CLUB.....	36
FIGURA 9	- FACHADA DA BASÍLICA DE SAINT-PATRICK.....	37
FIGURA 10	- VISTA AÉREA DAS TORRES DO FORTE DE SAINT SULPICE.....	38
FIGURA 11	- PARTE DA FACHADA LATERAL DO ATUAL “MUSEU DO OURO” A ANTIGA CASA DE FUNDIÇÃO DE SABARÁ.....	39
FIGURA 12	- FACHADA LATERAL DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO..	41
FIGURA 13	- CAPELA DE SANT’ANA.....	42
FIGURA 14	- INTERIOR TEATRO MUNICIPAL DE SABARÁ.....	42
FIGURA 15	- CHAFARIZ DO KAQUENDE.....	43
FIGURA 16	- HOSPÍCIO DA TERRA SANTA.....	44
FIGURA 17	- VISTA SEMI-LATERAL DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO..	44
FIGURA 18	- DESCENTRALIZAÇÃO.....	47
FIGURA 19	- CITÉ MÉMOIRE.....	63
FIGURA 20	- ARQUITETURA DO PROTÓTIPO.....	72
FIGURA 21	- UMA PROPOSTA DE TELA INICIAL, TELA DE RECUPERAÇÃO/RESULTADOS E TELA DE REPORTE DE PROBLEMAS PARA A UTILIZAÇÃO DA APLICAÇÃO EM APARELHOS SMARTPHONES .....	74

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01	- PATRIMÔNIOS ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE DOCUMENTAL.....	46
TABELA 02	- PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO DOS BENS CULTURAIS IDENTIFICADOS PELA PESQUISA .....	49
TABELA 03	- ALGUNS APLICATIVOS MOBILE DE MONTRÉAL DISPONÍVEIS NAS PLATAFORMAS IOS E ANDROIDE.....	50
TABELA 04	- LEGISLAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	56
TABELA 05	- ALGUMAS INSTITUIÇÕES ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (NÃO GOVERNAMENTAIS.....	61
TABELA 06	- PATRIMÔNIOS COM PERFIL NAS REDES SOCIAIS.....	64
TABELA 07	- NÚMERO DE PÁGINAS RELACIONADAS E CITAÇÕES NO GOOGLE..	65
TABELA 08	- PERIGO DE DANO DO PATRIMÔNIO ANALISADO.....	66
TABELA 09	- CITAÇÕES NAS PLATAFORMAS CAPES E VIRTUOSE.....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EXISTÊNCIA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS .....	62
GRÁFICO 2 - PATRIMÔNIOS COM MATERIAL IMPRESSO .....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS

CR/88	- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
ICCROM	- CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS
ICOMOS	- CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IEPHA	- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
IPHAN	- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MP	- MINISTÉRIO PÚBLICO
MPMG	- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
TJMG	- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS
UNESCO	- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA .....	20
1.1 Gestão da Informação e do Conhecimento .....	20
1.2 Fontes de Informação .....	23
1.3 Patrimônio cultural material e imaterial .....	25
2. AS CIDADES E OS PATRIMÔNIOS ESCOLHIDOS .....	27
2.1 Montréal .....	27
2.1.1 <i>Movimentos de proteção</i> .....	28
2.1.2 <i>Patrimônios escolhidos</i> .....	31
2.2 Sabará .....	38
2.2.1 <i>Patrimônios escolhidos</i> .....	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	49
4.1 As categorias de proteção .....	51
4.1.1 <i>Análise dos dados conforme as categorias de proteção</i> .....	56
4.2 Os dados dos patrimônios culturais pesquisados.....	62
4.3 Experiências isoladas.....	68
5. O PROTÓTIPO MOBILE E A PROTEÇÃO INFORMACIONAL.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS .....	79
ANEXO 01 L'évaluation de l'intérêt patrimonial d'un lieu	
ANEXO 02 Loi Sur Le Patrimoine Culturel e Projeto de Plano de Ação	
ANEXO 03 Dados Google	
ANEXO 04 Capes e Virtuose	

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história foram criadas diversas fontes de conhecimento e métodos utilizados para a preservação dos bens materiais e imateriais que direcionam ou direcionaram saberes. A proteção do patrimônio é uma necessidade essencial da sociedade para fundamentar a continuidade de sua própria existência. Neste sentido, as culturas, ao longo dos séculos, foram conhecidas pelo que foi preservado.

O indivíduo, enquanto parte de uma sociedade, tem a possibilidade de criar elementos e critérios para salvaguardar sua história. A razão e a experiência de uma civilização, quando transmitidas para outra geração, efetivam o processo de preservação.

Quando destruídos os bens que são heranças das gerações anteriores rompem o conhecimento transmitido, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas (GHIRARDELLO & SPISSO, 2008). Um exemplo deste argumento é justamente a limitação do conhecimento que se tem sobre tecnologias utilizadas para as construções no antigo Egito. Os patrimônios culturais são verdadeiros transmissores da história e do legado de determinado povo; porém estão sujeitos a uma série de conjunturas e ações do homem como guerras, mudanças sociais, posições religiosas, fenômenos da natureza. Neste sentido, acredita-se que o menor grau de dano ao patrimônio está vinculado ao maior número de instrumentos criados para protegê-los.

Um dos instrumentos mais utilizados para a proteção do patrimônio cultural é a lei. Entretanto, observou-se que os instrumentos jurídicos não implicam na garantia de manutenção do patrimônio público. Justifica-se tal afirmação diante o grande número de sanções administrativas, pecuniárias ou restrições de liberdade que são consequências do descumprimento da lei, mas que não impedem a danificação do patrimônio. Somente no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais<sup>1</sup> foram recuperados 85 (oitenta e cinco) acórdãos com as palavras "patrimônio cultural" e "preservação". O referido número de decisões judiciais indica que estão passíveis de aplicação no âmbito judicial situações em que o patrimônio cultural não foi protegido ou padece da execução da lei para sua proteção.

Em âmbito internacional, observa-se que a questão da proteção do patrimônio público se intensifica com a falta de compreensão da cultura de um povo pelo outro. Um exemplo recente ocorreu quando foi amplamente divulgada a destruição do patrimônio mundial "Templo de Nabu", no Iraque, por questões de intolerância religiosa.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/formEspelhoAcordao.do>>, acesso em 10 mai.2017.

A fragilidade da exposição do patrimônio cultural pode despertar a necessidade de criação de instrumentos de proteção que possam auxiliar a eficiência dos dispositivos legais. Diante o grande número de decisões judiciais que discutem as condições estruturais dos patrimônios culturais, a presente pesquisa tem intenção de contribuir com a manutenção do patrimônio cultural ao apresentar um mecanismo baseado que foi pensado para minimizar, antever ou possibilitar a redução das ameaças aos patrimônios culturais.

A Constituição Brasileira (1988, art. 216) determina que o poder público "*promoverá e protegerá o patrimônio público cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*". O Lei do Patrimônio Cultural (2012) assegura que sua interpretação deverá sempre ser no sentido de proteger o patrimônio cultural dos canadenses. BO (2003) aponta que desde a revolução francesa firma-se a noção de patrimônio e a necessidade de sua preservação. Ao longo dos séculos, diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais foram adotados com objetivo de proteger o patrimônio público em uma classificação geral.

Diversos organismos internacionais estabelecem diretrizes para a proteção de bens culturais, em 1980 o ICOMOS estabeleceu na "Carta de Burra" orientações para a conservação, preservação, restauração, reconstrução de bens culturais. Tanto a CR/88 quando a Lei do Patrimônio Cultural de Québec estabelecem mecanismos jurídicos para registros dos patrimônios culturais. O primeiro instrumento jurídico estabelece o registro do patrimônio cultural em livro específico e o segundo mediante um diploma de reconhecimento patrimonial. Santos, Gonçalves e Bojonoski (2014) acreditam que a escolha da proteção do patrimônio surge da necessidade de atribuir um valor e um olhar crítico.

Em que se pese as referências acima, os patrimônios culturais protegidos continuam sujeitos a diversos tipos de danos. Em maio de 2017 o Seminário Petit Montréal foi definitivamente destruído para dar lugar a um condomínio. O edifício do século XVII recebeu estudantes até 1861 e logo após foi transformado em um armazém. Desde os anos 1980 o edifício estava destruído restando apenas suas ruínas. O referido patrimônio não estava no perímetro protegido pela lei da cidade de Montréal.

O Edifício Le Rodier construído em 1875, patrimônio cultural da cidade de Montréal, quase foi demolido para a construção de trilhos rápidos de trem elétrico. O prédio foi expropriado e uma grande parcela da sociedade foi contra à destruição. O prédio foi vendido a um grupo particular que comprometeu-se restaurá-lo.

A casa de Sault-a-Récollet poderá ser destruída diante a falta de manutenção porque ficou sem manutenção até que seu estado de deterioração comprometesse a segurança.

Diante tantas situações, a cidade de Montréal criou um registro de edifícios de interesse patrimonial denominado “*Base de données sur le patrimoine*”. Além disso, por meio de uma política pública de restauração e renovação para edifícios patrimoniais fornece uma subvenção simbólica para que o proprietário dos bens efetivem a manutenção do local.

Na cidade de Sabará o Solar Padre Corrêa, a escola Estadual Paula Rocha e o Cine Bandeirantes são patrimônios culturais fechados para o público porque estão em péssimos estados de conservação. Após o ajuizamento de uma ação civil pública por parte do Ministério Público de Minas Gerais foram iniciadas as obras de restauro do Teatro Municipal de Sabará, a segunda sala de espetáculos mais antiga do Brasil. A cidade de Sabará, apesar de possuir dificuldades com a preservação permanente de seus patrimônios culturais possui uma legislação que pode ser considerada vanguardista denominada “Política Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural”. Além de conceder descontos no imposto de propriedade urbana, desde 2006 prevê auxílio da Prefeitura para revitalizar patrimônios culturais em situação precária.

Destaca-se que em muitas situações áreas do conhecimento como medicina, direito e engenharia utilizam-se do conhecimento e metodologias próprias da ciência da informação para a criação de sistemas especializados de suporte de decisão ou de identificação de demandas. Exemplos são inúmeros, dois deles são as pesquisas de jurisprudências disponibilizadas em sítios eletrônicos de tribunais e os prontuários médicos virtuais.

A ciência da informação é derivada da busca por sistematizar, organizar e tornar acessível o conhecimento (OLIVEIRA, 2005, 14) e tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos) e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso (LE COADIC, 2004, 25). Saracevic (1995) apontou que a ciência da informação desenvolve um papel importante na sociedade moderna por possibilitar soluções de problemas.

A presente pesquisa se baseou na possibilidade de contribuir para reduzir o dano ao patrimônio cultural material. No entendimento de Azevedo Netto (2008) a informação transcorre por aspectos socioculturais na medida em que cria sistemas informacionais voltados para manutenção de seus registros, usuários, disseminação da informação, tratamento da informação, dentre outros.

Considerou-se como objetivo geral demonstrar como o uso da informação pode auxiliar na redução dos danos aos patrimônios culturais. Enquanto objetivos específicos ponderou-se: a) estimular o cidadão a participar da proteção ao patrimônio cultural; b) comparar as fontes informacionais dos patrimônios culturais estudados ; c) apresentar o

projeto de aplicação mobile que possibilitará recuperar e tornar acessível à informação dos patrimônios culturais estudados.

Pretende-se compreender como a informação poderá ser utilizada na preservação de patrimônios culturais. Assim, o compartilhamento da informação do bem cultural se faz imperioso vez que para que a mesma seja mantida o cidadão precisa apropriar-se de sua cultura ou, ao menos, ter conhecimento da mesma. Afinal, o desconhecido não é lembrado ou considerado necessário. O que é desconhecido não pode ser transmitido e não possibilita o processo de empatia e o *insight*, ambos necessários para tornar o cidadão envolvido com sua história.

A informação acessível, completa e fidedigna, mediante ferramenta ou aplicação, poderá vir a ser compartilhada pelo cidadão. O cidadão que reconhece a história e a importância da manutenção do bem cultural, por meio de um processo íntimo e cognitivo, poderá compartilhar a experiência e adotar medidas na proteção do referido bem.

A presente dissertação é composta de seis capítulos que apresentam os caminhos utilizados para se validar a hipótese apresentada. Neste sentido, buscou-se estruturar a dissertação de forma mais objetiva e representativa possível.

A introdução apresenta hipótese, os objetivos e o problema identificado na pesquisa no que tange a importância da proteção do bem cultural. O referido capítulo também justifica a importância do tema, apresenta os objetivos gerais e específicos, bem como esclarece a metodologia utilizada. O primeiro capítulo identifica os principais conceitos utilizados na pesquisa e sugere formas de classificação da proteção do bem. O capítulo também apresenta um novo conceito baseado nas experiências apreendidas durante a elaboração da presente dissertação.

O terceiro capítulo aponta a história das cidades escolhidas para estudo e faz conta, de maneira sucinta, a história dos patrimônios escolhidos para análise comparada. Por sua vez, o quarto capítulo aponta os resultados da análise comparada. O quinto capítulo sugere uma possibilidade de utilização da informação para a proteção do patrimônio cultural a partir de uma ideia de protótipo mobile. Por fim, o sexto capítulo conclui o que se considerou importante identificar e pondera as últimas considerações encontradas.

## 1. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo focaliza os principais conceitos utilizados na pesquisa, bem como a literatura recorrente acerca do patrimônio cultural e da gestão da informação. Apresenta as quatro categorias de proteção do patrimônio e o conceito de proteção informacional.

### 1.1 Gestão da Informação e do Conhecimento

Para compreender a organização da informação se faz necessário identificar os seus processos. Por sua vez, os processos gerenciais possibilitam a estruturação de situações e soluções de problemas. Nesse sentido, a gestão da informação se pauta na organização da informação em ambientes estruturados. A gestão do conhecimento baseia-se na otimização da informação por meio de um processo cognitivo.

Tarapanoff (2006) explicita a informação no contexto da gestão da informação enquanto todos os tipos de informação de valor relacionados à organização. Para Barbosa (2008) a organização e o tratamento da informação são processos críticos da gestão da informação.

Detlor (2010) considera que a gestão da informação tem o objetivo de ajudar as pessoas e organizações no uso da informação de forma eficiente. Wilson (2006) aponta que o conhecimento envolve os processos mentais de compreensão.

Probst, Raub e Romhardt (2007) acreditam que a gestão do conhecimento trata o conhecimento como um recurso e estimula a implementação de ideias. Para Tarapanoff (2006) *“o processo de gestão do conhecimento, em si, é uma atividade inteligência (estratégica) pode ser considerada síntese do processo de trabalho da informação e do conhecimento”*. Davenport e Prusak (1998) colocam o conhecimento como uma mistura e baseada no que foi experimentado.

A relação entre informação e conhecimento pode ser observada em Nonaka e Takeuchi (1995) no sentido de que ambos são específicos em seus contextos e relacionados *“na medida em que dependem da situação e são criadas de forma dinâmica na interação social entre as pessoas”*. Para os Autores o sucesso de determinada empresa estaria diretamente ligado à competência organizacional. Em um cenário empresarial, todas as informações de um determinado estabelecimento quando organizadas podem otimizar os processos internos.

Alvarenga Neto (2005) se posiciona indicando que a gestão da informação deve ser voltada para *“que as organizações e seus colaboradores possam sempre se utilizar das*

*melhores informações e dos melhores conhecimentos disponíveis, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais”.*

Para Choo (2003) a construção do conhecimento começa a partir de um *insight* ou intuição para realizar melhor determinadas tarefas. Na medida em que a informação do patrimônio cultural é disposta em um ambiente acessível (estrutura organizacional) o cidadão estará diante as informações que justifiquem a importância da proteção do patrimônio cultural e por meio de um processo apreensivo-cognitivo (*insight*) transformará essa informação em conhecimento disponível.

O modelo apresentado por Choo (2003) demonstra a possibilidade da conversão do conhecimento potencializar as estruturas organizacionais. O referido Autor apresenta quatro formas de conversão inicialmente pensadas por Nonaka e Takeuchi, sendo: a) socialização; b) exteriorização; c) combinação e d) internalização. A socialização pode-se adquirir conhecimento tácito partilhando experiências. A exteriorização traduz o conhecimento tácito em conceitos explícitos por meio de metáforas. A combinação faz com que o indivíduo construa o conhecimento explícito por meio de outros conhecimentos explícitos. A internalização se trata do processo que o conhecimento explícito é incorporado ao conhecimento tácito.

O cidadão que possui o conhecimento tácito do patrimônio cultural pode ampliar o seu conhecimento sobre o referido bem se partilhar (socialização) e combinar (combinação) experiências, bem como entender os motivos pelos quais determinados patrimônios são mais cuidados que outros (exteriorização) e, por fim, compreender a importância da preservação afim de que possa compartilhar com os outros a necessidade da proteção (internalização). O Autor também apresenta o conhecimento cultural que se baseia nas estruturas emocionais e cognitivas capazes de construir uma realidade sobre o que está sendo apresentado. O conhecimento que se abstrai das informações disponíveis e acessíveis, se convertido em explícito tende a ser compreendido pelo usuário.

Choo (2003) observa que a organização que for capaz de integrar os processos de criação de significado, construção de conhecimento e tomadas de decisão pode ser considerada uma organização do conhecimento.

O ciclo da informação consiste na identificação das fases da informação desde sua necessidade até a conclusão que justificou essa necessidade, bem como a solução de algum problema ou eventual entrega da informação ao usuário. Buscou-se identificar a forma como a informação se estrutura no âmbito do patrimônio cultural com intuito de salvaguardá-lo.

Figura 1: Proposta de Ciclo Informacional



Fonte: Autora, 2017.

O ciclo informacional apresentado na Figura 1 consiste em um possível percurso da informação até a proteção do patrimônio cultural. Observa-se no ciclo apresentado que existirá o desinteresse pela informação se existir algum tipo de limitação da informação. O referido ciclo informacional foi pensado a partir da ideia de que quanto mais acesso à informação maior é o interesse por ela. Tarapanoff (2006) é assertiva quando discorre que “*não se chega à inteligência pelo acesso passivo à informação*”. Para a referida Autora a inteligência é criada por um processo da gestão da informação e do conhecimento integrado ao contexto.

Baseando-se na assertiva supracitada é possível fazer uma analogia com patrimônio cultural; no ano de 2016 a justiça mineira determinou que a Prefeitura de Sabará procedesse a desocupação de um prédio histórico do século XVIII porque precisava ser restaurado com urgência. Trata-se do Solar do Padre Correia, edifício tombado onde estava localizada parte da administração municipal, inclusive o gabinete do prefeito. Apenas no ano de 2017 a Prefeitura decidiu adotar ações de conscientização da importância do bem histórico que estava interdito. Foi realizado, em junho de 2017, um ato denominado de "corrente positiva pelo patrimônio". O objetivo do evento foi apresentar o estado do prédio tombado pelo patrimônio histórico e mobilizar ações para a liberação de recursos para a reforma (Prefeitura de Sabará, 2017).

Observa-se, no exemplo acima, que se tornou necessário despertar o interesse pela informação para que fosse realizadas medidas de proteção do patrimônio cultural. Assim, a

população foi devidamente cientificada da real situação do bem (interesse pela informação). Os cidadãos, cientes da importância da preservação, adotaram medidas para pressionar pela liberação de recursos para as reformas necessárias (proteção). O ciclo informacional da proteção do patrimônio se baseia na disponibilização de fontes de informação e no envolvimento do usuário. Para que o ciclo informacional se torne eficaz para a proteção do bem, as fontes de informação devem ser compreendidas como todos os meios capazes de fornecer uma informação.

## 1.2 Fontes de Informação

As fontes de informação podem ser compreendidas como todos os meios disponíveis capazes de fornecer uma informação. Para Davenport (2000) as fontes de um sistema de informação são “*tão variadas e complexas quanto o ambiente que esse sistema busca representar*”. BIREME (2001) entende que fonte de informação é qualquer recurso que responda a uma informação por parte dos usuários.

As fontes de informação são compreendidas como o recurso que responde a uma demanda de informação (CENDÓN; CAMPELLO & KREMER, 2007). O número de fontes de informação que o usuário dispõe para iniciar um processo cognitivo de conhecimento é enorme. A compreensão das fontes de informação está necessariamente ligada ao que justifica sua utilização.

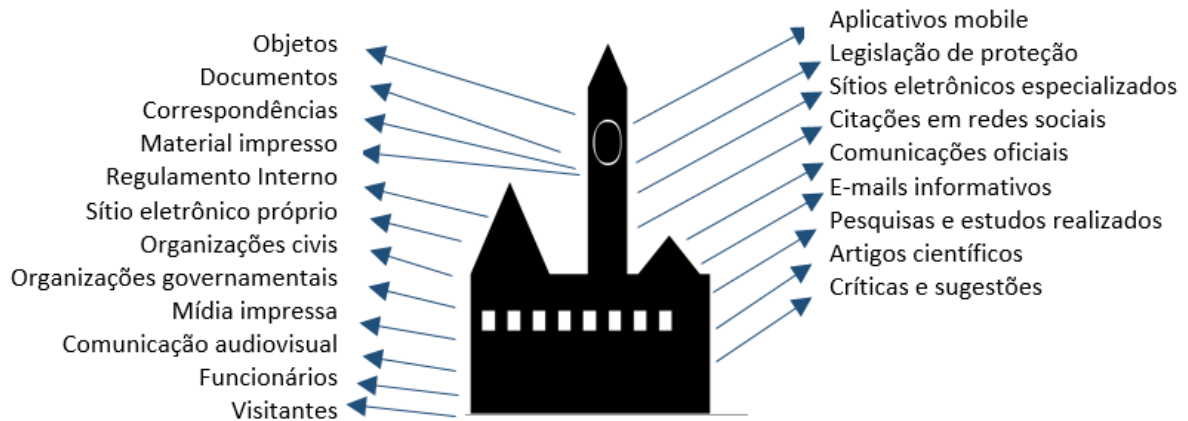
Grogan apud Cunha (2001) diferencia as fontes de informação entre primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias são aquelas que possuem novas informações, interpretações de ideias ou fatos acontecidos (GROGAN, 1995). As fontes primárias são aquelas passíveis de serem identificadas em uma primeira análise. Por sua vez, as fontes secundárias são aquelas que facilitam o uso do conhecimento das fontes primárias (INOMATA & VARVAKIS, 2016).

As fontes secundárias possuem a função de facilitar o uso do conhecimento das fontes primárias e apresentam a informação filtrada e organizada (CENDÓN; CAMPELLO & KREMER, 2007). As fontes terciárias são aquelas que levam o usuário ao reconhecimento das fontes primárias e secundárias. As fontes de informação tem sido classificadas conforme a utilização da mesma. Aguilar (1967) categoriza as fontes de informação entre externas, internas, pessoais e impessoais.

Choo, De Oliveira e Barbosa (apud INOMATA & VARVAKIS, 2016) classificam as fontes entre externas, documentais externas, pessoais internas e documentais internas. Por sua vez, Montalli e Campelo (1997) classificam as fontes de informação entre informação

técnica, informação para negócios e informação científica. Assim, as fontes de informação podem ser compreendidas como tudo aquilo que está passível de transmitir um conhecimento.

Figura 2: Algumas fontes de Informação do Patrimônio Cultural



Fonte: Autora, 2017.

Diante o grande número de fontes de informação e suas inúmeras classificações, o desafio do usuário tem sido identificar se a fonte de informação escolhida é capaz de produzir o conhecimento necessário. Para cumprir o objetivo da presente pesquisa foi necessário limitar o número de fontes de informação afim de que fosse representado apenas o que se considerou extremamente necessário sobre os patrimônios culturais: história, motivo da instituição da proteção legal e situações que indicassem o que tem sido realizado para preservar o referido bem.

Em um mundo complexo, com diversos contextos e múltiplas necessidades busca-se por fontes de informação capazes de transmitir contexto do patrimônio cultural escolhido de forma objetiva e verdadeira. Assim, quando maior for o número de fontes fidedignas, maior é conhecimento que se tem sobre o bem.

A intensidade com que as fontes de informação serão vasculhadas, diferenciadas e monitoradas depende das características do meio profissional ou social do indivíduo, inclusive da estrutura e da cultura da organização, e da disponibilidade e do acesso à informação. A informação extraída responde a perguntas sobre os atributos das pessoas, objetos e fatos, sobre a maneira como eles se relacionam, e sobre as consequências e razões de ações ou acontecimentos (CHOO, 2006).

A utilização das fontes de informação possibilita a criação de estratégias capazes de salvaguardar os bens culturais porque se torna possível ter conhecimento das necessidades, dos problemas e dos avanços.

### 1.3 Patrimônio cultural material e imaterial

Durante a Revolução Francesa, por volta de 1783-1784, as garantias civis dos cidadãos foram suspensas. O governo determinou o confisco dos bens dos clero que passaram a ser considerados bens da nação. Assim, os referidos bens que eram privados passaram a ser considerados públicos. Diante o grande número de bens, por sugestão do Conde Honoré Mirabeau foi instituída uma comissão para realizar o inventário desses bens. Além de inventariar, essa comissão foi pioneira em criar mecanismos pensados na preservação dos bens e incentivou a criação de leis com esse objetivo.

Com o fim da segunda guerra mundial, nos anos de 1939 a 1945, verificou-se a destruição de grande patrimônio cultural. Diante a necessidade de prevenir novas destruições e criar uma política de proteção dos patrimônios culturais foi criada a UNESCO (1945). No ano de 1972, foi editado e proclamada a convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Algumas das justificativas para a criação de um pacto internacional de proteção ao patrimônio cultural foram os novos perigos que ameaçavam a coletividade internacional e a necessidade de adoção de sistemas eficazes de proteção coletiva do patrimônio cultural (UNESCO, 1972).

A UNESCO (1972) convencional que os patrimônios culturais seriam: 1) os monumentos constituídos por obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; 2) os conjuntos constituídos por grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; 3) os locais de interesse constituídos por obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Pode-se notar que o conceito de patrimônio cultural da convenção de 1972, identificado anteriormente, é cabível ao patrimônio cultural material vez que os monumentos, os conjuntos e os locais de interesses são físicos, tangíveis. A UNESCO com objetivo de estabelecer um conjunto de medidas para a salvaguarda do patrimônio cultural instituiu uma convenção. A convenção de 2003 da UNESCO entendeu por patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de

seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003)

Observa-se que o patrimônio cultural imaterial ou intangível é aquele constituído por manifestações ou representações da cultura, do legado, constituição ou memória de uma comunidade, região ou população. Aqui se faz importante esclarecer que tanto a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) quando a Lei do Patrimônio Cultural - *Loi Sur Le Patrimoine Culturel* (Québec, 2012) estabelecem a distinção do patrimônio cultural entre material e imaterial.

A constituição brasileira considera como patrimônio imaterial as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A lei canadense considera o patrimônio intangível os conhecimentos, expressões, práticas e representações transmitidas de geração em geração e recriados continuamente, em conjunto, quando apropriado, com os objetos e espaços culturais associados a eles, que uma comunidade ou grupo reconhece como parte de seu patrimônio cultural e cujo conhecimento, preservação, transmissão ou aprimoramento é de interesse público.

A Declaração de Caracas do ICOM, em 1992, definiu que o “patrimônio cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade, é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural”. Para Pesavento (2002), o patrimônio cultural constitui em uma maneira de sacralizar os lugares da memória. Mendes (2012) acredita que as funções da memória são papel do patrimônio cultural.

Nigro (2010) diz que em função da ameaça de desaparecimento, esquecimento, indiferença o patrimônio cultural está sendo disseminado em uma espécie de consciência patrimonial. Lemos (1981) possui uma visão do patrimônio cultural enquanto setorial, vez que cada classe social, cada grupo e cada meio está preocupado em selecionar elementos culturais de seu próprio interesse para preservar. A coerência o conceito de Lemos (1981) é importante destacar porque o patrimônio cultural é o retrato de um contexto específico de uma determinada sociedade.

## 2. AS CIDADES E OS PATRIMÔNIOS ESCOLHIDOS

O presente capítulo apresentará um breve histórico das cidades escolhidas para análise comparada e de cada um dos patrimônios culturais escolhidos. As cidades históricas devem possuir estruturas administrativas e jurídicas eficazes e capazes de manter o patrimônio cultural preservado porque que seja possível a manutenção do legado. Pretendeu-se identificar de que forma o uso da informação poderia colaborar para a preservação do bem cultural. Assim, buscou-se comparar duas experiências distintas e vivenciadas por cidades com rico número de bens culturais.

### 2.1 Montréal

Montréal está localizada na província de Québec e é a segunda maior cidade do Canadá. Foi fundada pelos franceses em 1642 e foi originalmente denominada "Ville-Marie". No final do século XVIII passou a se chamar Montréal em homenagem ao maior patrimônio natural da cidade denominado "Mount Royal".

Montréal possuiu o maior centro urbano do Canadá durante as décadas de sessenta e setenta do século XX. Apesar de ter sido colonizada por franceses e ingleses, observou-se no final dos anos de 1960 um crescimento do nacionalismo quebequense. O referido movimento político buscou resgatar maior autonomia do governo da província de Québec perante o governo do Canadá.

Os cidadãos de Québec não se sentiam representados pelo Governo do Canadá. Apropriando-se desse sentimento, alguns grupos radicais separatistas foram criados. Em outubro do ano de 1970 membros do Front de Libération du Québec sequestraram e assassinaram o ministro cadanense Pierre Laporte e raptaram o diplomata britânico James Cross. Tal fato despertou a imposição de medidas de guerra e intervenção do governo canadense. A truculência policial adotada para evitar ações de grupos separatistas acarretou centenas de prisões ilegais confundindo os cidadãos que não se sentiam representados pelo governo canadense dos verdadeiros terroristas. O ocorrido ficou conhecido como a "crise de Outubro".

O governo do Canadá adota a política bilíngue e reconhece o inglês e o francês como línguas oficiais. Entretanto, em 1977 foi promulgada a lei nº. 101, do Governo de Québec que fortaleceu a utilização do idioma francês ao limitar o uso de outros idiomas. Montréal vem sendo conhecida como a capital francófona da América e muitos dos seus patrimônios culturais exaltam o orgulho dos moradores locais de levar consigo a origem francesa.

A cidade é a segunda no mundo com o maior número de pessoas que falam o francês. A vila abriga a Organização das Nações Unidas e foi nomeada pela entidade a "capital do design" por sua arquitetura multifacetada e todo o histórico de incentivo as artes e a cultura.

### **2.1.1 Movimentos de proteção**

O *Le Mille Carré* é um bairro de Montréal que no século XVIII foi escolhido pelos líderes anglófonos para construir casas de residência e campo. Ao longo do século XIX o perfil de moradores modificou bastante e foram construídas diversas propriedades de alto porte. Durante os anos 1900 concentrou grande parte da riqueza no Canadá e o bairro se tornou uma grande vitrine da elite montrealense.

Após os anos 1930 diante uma série de fatores econômicos decorridos da crise de 1929<sup>2</sup>, da mudança da população para outros bairros e diante a necessidade de modernizar as alvenarias das casas para se tornarem mais eficientes ao calor foi iniciada uma série de demolições de casas consideradas relíquias patrimoniais. Na década de 1930, o bairro essencialmente inglês, despertou o aumento da sensação de disparidade social entre os empregadores anglófonos e os trabalhadores franceses canadenses que residiam em Montréal.

Diante a frágil situação econômica vivenciada no Canadá muitos cidadãos da província de Québec consideraram que o caos instalado era o resultado da política anglo-canadense adotada. Tal situação aprofundou o sentimento de rivalidade entre os anglófonos e os francófonos. Após o fim da segunda guerra mundial a cidade de Montréal começou uma modificação dita modernista. Parte da população era a favor da substituição das casas e edifícios elitizados por modernos que remeteriam uma nova Montréal. Outra parte, considerava que as casas e os edifícios antigos representavam o passado da cidade e suas origens. No meio da polêmica evidenciou-se a especulação imobiliária que representava um grupo de empresários interessados na construção e venda de novos empreendimentos imobiliários.

Assim entre os anos de 1950 e 1970 as casas de Hugh Allan, Ogilvie, Workman, R Red, Fred Molson, Richard B. Angus e Hector Mackenzie foram deliberadamente destruídas (DROUIN, 2007). Apesar da história e da importância do patrimônio edifícios históricos, também chamadas de mansões, foram vistas pelo governo de Québec como símbolos de poder anglo-canadense sobre os canadenses franceses. O auge da crise foi a autorização da demolição da "Maison Van Horne" localizada no coração do bairro.

---

<sup>2</sup> Conhecida como a grande depressão foi considerado o mais longo período de recessão econômica do século XX.

Les défenseurs du patrimoine tentèrent alors de convaincre les autorités provinciales de protéger la maison Van Horner, au nom des principes qui animaient la protection des biens culturels au Québec. Pour ceux-ci, la sauvegarde de la maison permettrait une possible réconciliation avec l'architecture victorienne et toutes ses erreurs et prétentions et sa démolition, ajoutait un membre de la Société d'architecture de Montréal., reviendrait à ignorer en partie tout un siècle d'architecture (DROUIN, 2007).<sup>3</sup>

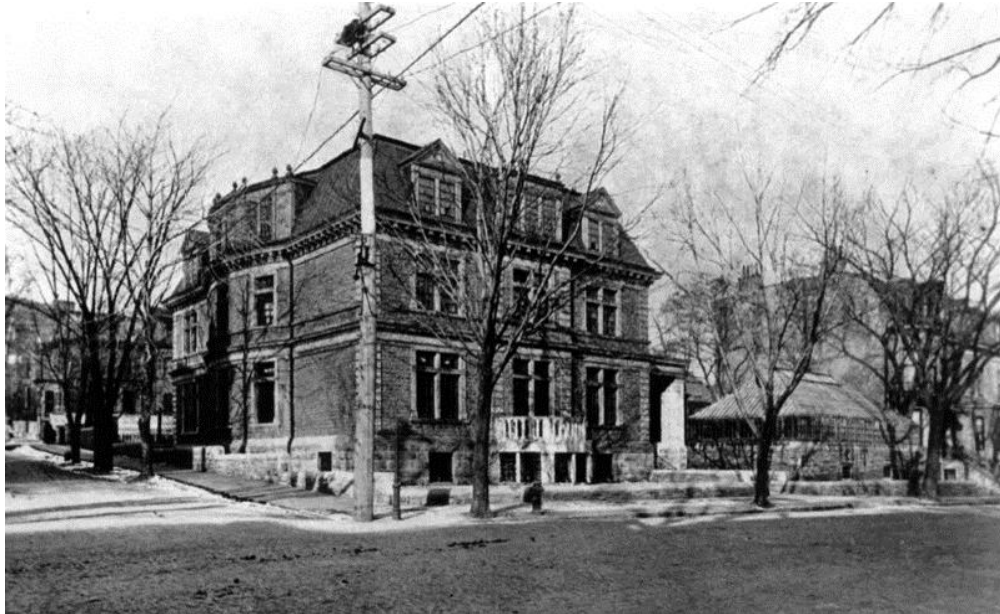
A possibilidade da demolição da Maison Van Horne para a construção de um edifício novo causou um grande impacto na sociedade. Diversos movimentos foram criados a favor da manutenção do patrimônio enquanto um bem cultural. Apesar de ter acontecido na década de 1970 a situação modificou radicalmente o que se entendia por patrimônio cultural, bem como despertou na população a vontade de estruturar organismos civis de proteção. Entre as entidades criadas estão o Espaces verts, Sauvons Montréal e Heritage Montréal (Klein & Shearmur, 2017).

Em 1972 foi promulgado o "*Cultural Property Act*" que estabelecia as condições e critérios para proteção do patrimônio cultural. Entretanto, paradoxalmente, no ano 1973 a Maison foi demolida e no local foi construído um moderno edifício denominado "*Place Ville-Marie*". Ao longo da história e após diversos conflitos, são frequentes as situações em que são opostos os argumentos daqueles que querem a permanência de determinado patrimônio por manter a lembrança (positiva ou negativa) de um bem emblemático ou daqueles que querem proceder sua destruição do bem para que a situação não seja objeto de contemplação. Apesar de ser uma polêmica recorrente ao longo da história da civilização não se pode eleger um dos argumentos como correto porque cada sociedade define os critérios que considerar adequado.

---

<sup>3</sup> "Os defensores do patrimônio tentaram então convencer as autoridades da província da necessidade de proteger a Maison Van Horner. A salvaguarda da casa poderia ser visualizada como uma possível reconciliação da arquitetura vitoriana e de todas as reivindicações que tentaram justificar sua demolição, acrescentou um membro da Sociedade de Arquitetura de Montreal. A demolição seria o mesmo que ignorar em parte um século inteiro de Arquitetura (tradução livre da Autora)".

Figura 03: Maison Van Horne



Fonte: Musée McCord d'histoire canadienne, MP - 2345.4

Para Drouin (2007) o conceito de "monumento histórico" foi acompanhado da noção de "patrimônio cultural" e a Maison Van da cidade. De todo o episódio, a Maison tornou-se um símbolo da batalha para a preservar o patrimônio cultural. Outro resultado relevante desse debate pacífico foi o grande despertar social para os problemas acerca dos patrimônios culturais.

A definição de patrimônio no Québec francófono, por exemplo, testemunha essa tendência geral: "Pode ser considerado como patrimônio todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e valorizado" (ARPIN apud DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013).

Para Drouin (2007) também foi possibilitada a salvaguarda do patrimônio através da ação associativa da população por meio dos movimentos civis. Um exemplo deste fato é a criação de circuitos urbanos pelo *Sauvons Montréal* que colaborou na difusão da importância da proteção do patrimônio que possibilitou que o conhecimento do patrimônio cultural de Montréal se tornasse uma verdadeira experiência cultural.

No ano de 1976 as mudanças supracitadas ratificadas em âmbito internacional quando o governo canadense foi um dos signatários do pacto de proteção do patrimônio cultural mundial da UNESCO.

En 1976, l'adhésion du pays à la Convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel (UNESCO, 1972) a une répercussion sur les responsabilités partagées entre le

gouvernement fédéral et les provinces concernant le patrimoine situé dans tel ou tel territoire (BERGERON, DUSSEAU-LETOCHA & GRIMARD, 2006)<sup>4</sup>.

Montréal é a maior cidade francófona da América e seus patrimônios material e imaterial devem ser protegidos como forma de manter o legado e efetivar a tradição. As políticas de proteção dos patrimônios devem ser planejadas justamente para a continuidade do legado.

### 2.1.2 Patrimônios escolhidos

Como demonstrado, Montréal possui um enorme comprometimento com as políticas de proteção dos patrimônios culturais. A escolha dos bens que seriam objeto da pesquisa foi anterior a visitação *in loco* ocorrida em junho de 2017 e se baseou nas informações disponíveis na rede mundial de computadores.

Optou-se por analisar seis patrimônios culturais sendo que dois estão localizados na parte histórica de Montréal (*Old Montréal*). No ano de 1964 o Governo de Québec decretou que o distrito histórico de Montréal, conhecido como Velho Montréal, se constituía de um sítio patrimonial protegido. Dessa forma, qualquer tipo de intervenção deveria ser autorizada pelo referido governo.

Considerando que tanto a cidade de Montréal quanto a cidade de Sabará possuíam vasta tradição patrimonial religiosa dos seis patrimônios escolhidos três são igrejas. Por fim, diante a história relacionada ao bairro *Le Mirre Carré*, optou-se por escolher um edifício protegido da rua Sherbrooke que é considerada a mais famosa do referido bairro.

Todos os monumentos visitados estão inseridos em guias turísticos disponibilizados gratuitamente em diversos pontos da cidade de Montréal como aeroporto, hotéis, hospedarias, bares, restaurantes, taxis, totens na rua e nos próprios locais visitados.

O *Oratoire Saint-Joseph du Mont-Royal* é constituído por uma construção que inicialmente chama atenção pela beleza e tamanho. Originalmente, em 1904, se tratava de uma pequena capela e após tantas ampliações passou a ser constituído de um conjunto de edifícios.

---

<sup>4</sup> Em 1976, a adesão do país na convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural tem impacto nas responsabilidades compartilhadas entre o governo federal e as províncias no que se refere ao patrimônio em um determinado território (tradução livre da Autora).

Figura 4: Saint Joseph's Oratory



Fonte: Autora, 2017.

As construções retratam diversos estilos arquitetônicos justificados pelo número de ampliações. O conjunto de prédios que formam a majestosa construção está em perfeito estado de conservação e é composto por uma capela que deu origem ao nome "oratório"; por uma igreja cripta com estilo neoclássico; por um museu; pela capela Votiva concebida em estilo Art Déco<sup>5</sup> e pela grande Basílica inspirada nas linhas do renascimento italiano com o interior contemporâneo<sup>6</sup>.

Durante a visita observou-se a preocupação dos mantenedores do local em retratar a história que motivou a construção do local. Além de diversos encartes e material impresso, o visitante é convidado a compreender o local por meio de três distintos pontos de vista: o cultural, o espiritual e o natural.

A questão cultural está retratada na importância do patrimônio para a cidade de Montréal. A questão espiritual está justificada na tradição católica dos monumentos que remetem a história do irmão Irmão André, beatificado em 1982 pelo Papa João Paulo II. Por fim, o ponto de vista natural retrata a beleza da reserva natural Père-Louis-Trempe composta por onze mil metros quadrados de área verde, bem como do jardim do caminho da cruz.

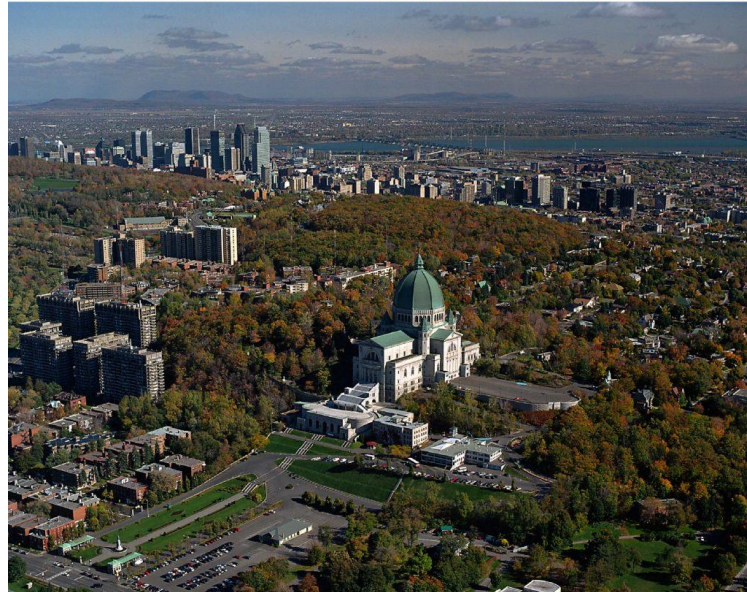
---

<sup>5</sup> “A construção, muitas vezes, estrutura-se através de uma composição volumétrica integrando formas geométricas – prismas retangulares, elementos cilíndricos, volumes arredondados ou planos, verticais ou horizontais” (CORREIA, 2008).

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.saint-joseph.org/en/heritage/the-shrine/>>. Acesso em 22 jun. 2017.

Além de ser um patrimônio cultural o local é caminho de peregrinação para os devotos de São José e do Irmão André. O local possui um estacionamento, um restaurante, um posto de informações e lojas de lembranças.

Figura 5: Visão panorâmica do Oratório



Fonte: L'Oratoire Saint-Joseph du Mont-Royal<sup>7</sup>

A basílica se localiza na parte alta do terreno e aqueles que não querem, ou não podem caminhar, contam com um ônibus gratuito para chegar até a entrada principal. Dentro da estrutura existem diversos elevadores e escadas rolantes. São disponibilizados guias turísticos para quem quiser fazer a visita guiada.

O *Marché Bonsecours* está localizado na parte histórica de Montréal e foi construído entre os anos de 1844 e 1852. O Mercado foi considerado patrimônio protegido no ano de 1984 e foi usado como mercado, prefeitura, posto policial, sala de concertos, local de realização de conferências<sup>8</sup>. O local foi o primeiro edifício de grande escala construído na cidade de Montréal. Após diversos incêndios o mercado de Bonsecours foi totalmente fechado e a possibilidade de demolição foi cogitada pelas autoridades locais.

Entretanto, nos anos de 1964 e 1965 foi objeto de uma intervenção pública e totalmente restaurado. Com quatro andares, o local possui arquitetura inspirada na Grécia antiga e na Itália renascentista.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.saint-joseph.org/en/media/>>. Acesso em 22 jun. 2017.

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.vieux.montreal.qc.ca/inventaire/fiches/fiche\\_bat.php?id=0040-77-4486-00&mat=0040-77-4486&per=6](http://www.vieux.montreal.qc.ca/inventaire/fiches/fiche_bat.php?id=0040-77-4486-00&mat=0040-77-4486&per=6)>. Acesso em 22 jun. 2017.

Figura 6: Marché Bonsecours



Fonte: Autora, 2017.

O enorme prédio histórico se destaca com uma cúpula imponente e colunas na entrada principal. Dentro do edifício encontram-se guichês de informação e totens com diversos encartes sobre a história do mercado e sobre a cidade de Montréal. Atualmente o local Marché Bonsecours possui diversas boutiques, restaurantes, lojas de artesanatos, museus e galerias.

A *Basilique Notre-Dame* foi construída entre os anos de 1824 e 1829. O local somente foi convertido em Basílica no ano de 1982. Uma antiga igreja, que estava localizada ao lado da Igreja de Notre-Dame, cuja construção ocorreu nos séculos XVII e XVIII, foi demolida no ano de 1830. Após a demolição, a Igreja de Notre-Dame foi ampliada e ocupou o espaço da antiga igreja.

Por sua aparência medieval a Brasília aparenta ter mais anos de construção. A Basílica católica está localizada no bairro histórico de Montréal e foi construída no estilo neogótico<sup>9</sup>. O local que foi reconhecido patrimônio cultural no ano de 1989 encontra-se em perfeito estado de conservação. O edifício é composto da Brasília principal, restos arqueológicos da igreja antiga, da capela Notre-Dame du Sacré-Coeur, a sacristia, o baptistery. A Basílica de Notre-Dame de Montréal é uma parte essencial do patrimônio religioso de Québec (LAUZON, 2007). Toker apud Lauzon (2007) apresenta o local como um edifício gregoriano, gótico e clássico.

---

<sup>9</sup> Estilo que reviveu o estilo gótico das construções medievais da Europa.

Figura 7: A fachada da Basílica Notre-Dame



Fonte: Autora, 2017.

O interior da Basílica é composto por um conjunto magnífico de detalhes dentre eles pilares e arcos de madeira, iluminação especial, esculturas e vitrais. No altar é possível visualizar o corpo de Cristo crucificado ao lado da Virgem Maria que também é a padroeira da paróquia.

O edifício Mount Royal Club está localizado na Rua *Shrebrooke Ouest*. No local onde foi construído existia um outro imóvel que após diversos incêndios foi totalmente reconstruído entre os anos de 1904 e 1906. O edifício recebe uma seleta sociedade de pessoas que se denomina "*Mount Royal Club*" e existe desde o ano de 1899.

A construção tem inspiração renascentista e a fachada é considerada tecnicamente simples. No ano de 1975 o edifício foi reconhecido monumento histórico de valor excepcional. A importância patrimonial se dá por diversos motivos. O edifício foi o primeiro construído especificamente para abrir um clube, conforme tradições inglesas.

O Mount Royal Club é o segundo mais antigo de Montréal e desde o seu início seus membros representam a grande elite da cidade. O prédio está localizado no *Le Mille Carré* e

os construtores se preocuparam em manter um estilo modernista inspirados nos grandes clubes da cidade de Nova York<sup>10</sup>.

Figura 8: Edifício Mount Royal Club



Fonte: Autora, 2017.

A *Basilique Saint-Patrick* possui o estilo neogótico e foi construída entre os anos de 1843 e 1847, depois que imigrantes irlandeses pediram oficialmente ao Governo autorização para a construção. O referido bem cultural é considerado a obra mais completa e original dos arquitetos Pierre-Louis Morin e Padre Félix Martin que são referência na arquitetura religiosa no Canadá.

A importância histórica do edifício também se justifica na beleza de seu interior que contém diversos vitrais e ornamentações em madeira de alta qualidade. A referida Basílica foi a primeira igreja católica que serve a população de língua inglesa na cidade de Montréal e a construção está relacionada com a imigração irlandesa no início do século XIX.

Considerada patrimônio cultural no ano de 1985, assim como a Basílica de Notre-Dame à Basílica de Saint-Patrick possui alvenaria de pedra cinza de Montréal. O monumento religioso possui elementos simbólicos da comunidade irlandesa como a estátua de Saint-Patrick<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup>Disponível em: <<http://www.patrimoine-culturel.gouv.qc.ca/rpcq/detail.do?methode=consulter&id=92444&type=bien#.Wf-kAdCnHIU>> Acesso em 22 jun. 2017.

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://patrimoine.ville.montreal.qc.ca/inventaire/fiche\\_bat.php?batiment=oui&requete=simple&id\\_bat=9839-69-8310-01](http://patrimoine.ville.montreal.qc.ca/inventaire/fiche_bat.php?batiment=oui&requete=simple&id_bat=9839-69-8310-01)>. Acesso em 22 jun. 2017.

Figura 9: Fachada da Basílica de Saint-Patrick



Fonte: Autora, 2017.

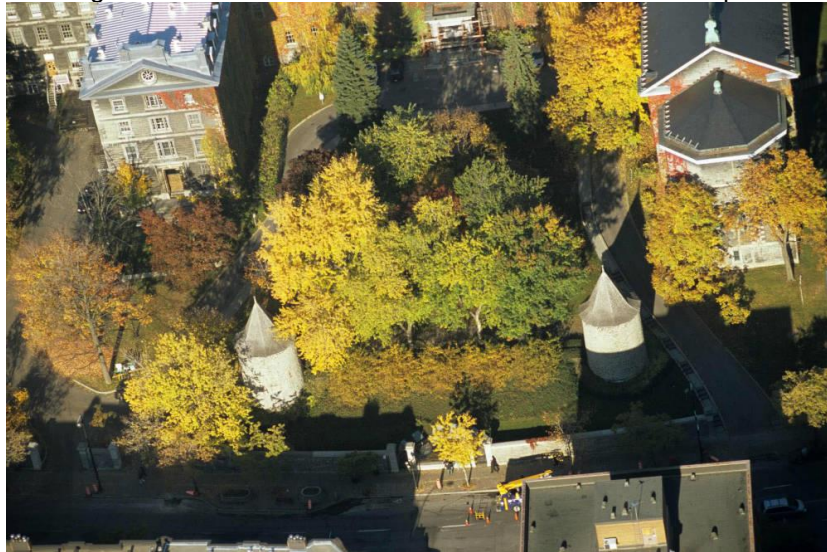
O monumento “*Tours du Fort-des-Messieurs-de-Saint-Sulpice*” se refere a duas construções de treze metros de altura que foram erguidas no ano de 1685 estão localizadas na Rua Sherbrooke no bairro de Ville-Marie. As torres são as construções feitas de pedra mais antigas de pedra de Montréal.

Em 1645 a localização das torres possibilitava uma ação defensiva e estava associada a manutenção da segurança. No sítio arqueológico onde as torres se encontram foram encontradas diversos resquícios de construções antigas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.historicplaces.ca/en/rep-reg/place-lieu.aspx?id=14541&pid=0>>  
Acesso em 22 jun. 2017.

Figura 10: Vista aérea das Torres do Forte de Saint Sulpice



Fonte: LAHOUD, 2004

As torres também são remanescentes do muro ao redor do Fort de La Montagne e estão localizadas bem próximas do Mount-Royal<sup>13</sup>. O forte remete a colonização francesa estabelecida que tinha objetivo de povoar e introduzir os preceitos cristãos. As torres perderam função defensiva no ano de 1705. Originalmente o forte possuía quatro torres, mas duas foram destruídas no ano de 1854 para dar lugar ao Collège de Montréal e sua capela<sup>14</sup>.

## 2.2 Sabará

Sabará está localizada cerca de vinte e cinco quilômetros da Capital do estado de Minas Gerais. O termo “Sabará” origina-se da redução da palavra tupi "*tesáberabusu*" que significa "grandes olhos brilhantes" (NAVARRO, 2013). Como a maioria das cidades históricas do estado de Minas Gerais, a história da cidade está ligada ao ciclo do ouro.

No ano de 1674 um pequeno grupo de bandeirantes fez da região sua morada. Em 1700 o povoado começou a se tornar um centro estratégico ligado a estrada real<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Segundo o Conselho de Lugares Históricos e Monumentos do Canadá (1970) as torres foram consideradas patrimônio nacional do Canadá porque eram os bastiões de um forte construído no final do século 17 por M. de Belmont; a torre ocidental abriu a escola de Marguerite Bourgeoys, e a torre leste, as freiras da Congregação.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.patrimoine-culturel.gouv.qc.ca/rpcq/detail.do?methode=consulter&id=92756&type=bien#.Wf-9W9CnHIU>> Acesso em 22 jun. 2017.

<sup>15</sup> A sua história surge em meados do século 17, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas que foram delegadas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>> Acesso em 22 jun. 2017.

(PREFEITURA DE SABARÁ, 2017). Em 1711 o pequeno arraial de bandeirantes se tornou “Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará”.

Com a exploração do ouro à Coroa Portuguesa determinou a instalação de uma casa de fundição<sup>16</sup>. As casas de fundição eram órgãos da Coroa Portuguesa responsáveis pela arrecadação de tributos derivados da extração do ouro e da prata. No ano de 1838 a Lei Provincial nº. 93 converteu a vila em cidade.

Figura 11: Parte da fachada lateral do atual “Museu do Ouro” a antiga casa de fundição de Sabará



Fonte: Autora, 2016.

Nos anos de 1921 e seguintes a cidade de Sabará passou por um novo tipo de exploração: os metais. O referido processo que dura até a presente data é responsável por parte do orçamento da cidade. Para a Prefeitura de Sabará (2017) a chegada da ferrovia inaugurou o ciclo do ferro.

Ainda na década de 20 e 30 do século XX, com o crescimento de ocupações irregulares e a chegada de novos moradores diante a instalação da ferrovia e do início do ciclo do ferro, a preocupação em manter o patrimônio cultural fez com que o centro histórico fosse tombado em 1938.

O barroco<sup>17</sup> enquanto expressão artística está presente em diversos bens culturais de Sabará e representa para Ávila (1984) “a origem cultural, da nossa formação histórica, das

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/286/>>. Acesso em 07 jul. 2017.

<sup>17</sup> “O Barroco originou-se na Itália, mas não tardou a irradiar-se por outros países da Europa, alcançando a América Latina até o fim do século XVIII. Em suas origens, o Barroco esteve associado a uma pérola disforme e irregular, evidenciando a ideia de exagero, de contraste forte que utiliza, como nunca visto antes, o potencial dramático da luz e da falta de lógica em relação ao estilo clássico do Renascimento. Caracteriza-se por um estilo rebuscado, repleto de metáforas e antíteses. Seu atributo marcante é, portanto, o contraste” (VAL & ROSÁRIO, 2012).

*raízes de nossa maneira própria e íntima de ver, de sentir, de exprimir*". A proteção do patrimônio de Sabará é a manutenção da história brasileira.

Além de diversos patrimônios culturais protegidos (conforme Anexo I) por meio dos processos de tombamento, Sabará possui um rico patrimônio imaterial como o Festival de Jabuticaba da fruta jabuticaba e as receitas utilizando o Ora-Pro-Nobis. O acervo cultural de Sabará retrata o ciclo do ouro e uma fase importante da história do Brasil.

Criada em 1975, mas registrada em 1986, a associação denominada "Fundação Casa de Cultura de Sabará" tentou ser uma entidade representativa da comunidade local de Sabará na preservação do patrimônio cultural da cidade junto aos órgãos públicos (SOUZA, 2005). Entretanto, a associação encontra-se fechada com o cadastro junto à Receita Federal do Brasil baixado desde 2015. Ao longo da pesquisa não foram encontradas outras entidades civis da cidade de Sabará

### **2.2.1 Patrimônios escolhidos**

A cidade de Sabará possui um grande patrimônio protegido mediante políticas públicas criadas em prol da salvaguarda de bens culturais. A escolha dos bens que seriam objeto de pesquisa foi realizada *in loco*, a partir das experiências da Autora que foi moradora da cidade durante sua infância e juventude.

A Capela de Sant'Ana e o Hospício da Terra Santa são patrimônios que estão fora do centro histórico da cidade e são pouco conhecidos do público em geral. Por sua vez, as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário, o Teatro Municipal e o Chafariz do Kaquende são patrimônios culturais que estão em pleno centro histórico de Sabará. Entretanto, apesar do tipo diferente de acesso, todos os patrimônios escolhidos necessitam de urgentes medidas de manutenção e restauro.

A Igreja Nossa Senhora do Carmo foi construída e protegida pelo processo de tombamento no ano de 1938 e constitui-se um exemplo do estilo rococó<sup>18</sup>. A construção da Igreja iniciou-se em 1763 e possui parte da decoração interna e externa atribuídas ao Mestre Aleijadinho<sup>19</sup>. A local possui estrutura retangular e duas grandes torres.

A fachada possui ornamentos em pedra-sabão e está em regular estado de conservação. Dentro da igreja as pinturas e os três altares se destacam. No local é proibido a utilização de câmeras fotográficas e as visitas não ocorrem todos os dias visto que por

---

<sup>18</sup> Um estilo artístico derivado do barroco caracterizado pela riqueza de detalhes ornamentações.

<sup>19</sup> Antônio Francisco Lisboa, também conhecido como Aleijadinho, foi escultor mineiro e reconhecido como um dos melhores escultores durante o Brasil colonial.

diversas vezes a Autora foi até o local que se encontrava fechado. Apesar da construção retratar um período da história do Brasil e possuir em seu acervo obras de grandes mestres do barroco mineiro, não foram entregues materiais impressos capazes de tornar efetiva a referida divulgação. As abordagens sobre a situação da disposição das informações serão abordadas no capítulo seguinte.

Figura 12: Fachada lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Autora, 2017.

A Capela de Sant'Ana<sup>20</sup> foi considerada patrimônio protegido em 1950 e as informações acerca sua construção datam de 1747. A estrutura da Capela é de alvenaria de pedra, cobertura por telhas curvas e sem torres.

A igreja está localizada no vilarejo de Arraial Velho, portanto fora do centro histórico. As visitas devem ser previamente agendadas, vez que o visitante corre o risco de não encontra-la aberta. Não existem maiores informações sobre a Capela do que estão

---

<sup>20</sup>O coroamento do altar é em dossel, com arremates em volutas e figuras de anjos. O frontal do altar mostra talha decorada em ramagens. Quanto à imaginária, cabe destacar algumas peças de boa qualidade como o conjunto composto por Sant'Ana, São José e São Joaquim, dispostos no trono da padroeira, duas imagens da Virgem e uma bela imagem de São Miguel Arcanjo. Na sacristia encontra-se antigo oratório, contendo a imagem de Sant'Ana Mestra, com interessante pintura interna de caráter ingênuo". Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_belas.gif&Cod=1422](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1422)>. Acesso em 07 jul. 2017.

disponíveis no sítio eletrônico do IPHAN, vez que até as informações divulgadas no sítio eletrônico da Prefeitura são as mesmas da autarquia federal.

Figura 13: Capela de Sant'Ana

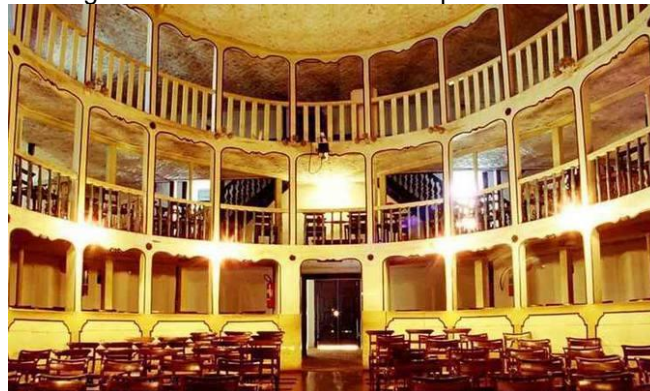


Fonte: IPHAN, sem data.

O Teatro Municipal de Sabará, denominado antigamente de Casa de Ópera, é considerado o segundo teatro mais antigo do Brasil e foi protegido pelo processo de tombamento no ano de 1963. Considerado uma das sete maravilhas da Estrada Real foi local de grandes peças teatrais com convidados ilustres como Dom Pedro I e Dom Pedro II. O teatro possui influência do estilo arquitetônico italiano.

No ano de 2016, o Ministério Público de Minas Gerais ajuizou uma ação civil pública requerendo a realização de obras diante o péssimo estado de conservação que o bem cultural apresentava. O Teatro Municipal passou por uma restauração no ano de 1960 quando estava sendo mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais. No ano de 1984 o local foi entregue aos cuidados da Prefeitura diante uma política de municipalização dos bens culturais.

Figura 14: Interior Teatro Municipal de Sabará



Fonte: IPHAN, 2016.

O Chafariz do Kaquende foi construído em 1757 e está no pálio da proteção legal desde 1950. O monumento histórico está na vida dos Sabarenses diariamente porque está localizado no centro histórico sempre despertando a curiosidade dos cidadãos. A lenda

existente remente a uma espécie de entidade que reside entro do Chafariz que ajuda quem tomar três goles da água com a mão esquerda.

O nome do monumento pode ser escrito de duas formas: Caquende ou Kaquende. Apesar de ser um Chafariz extremamente simples é considerado o mais famoso de Sabará. O bem cultural possui esculturas em pedra-sabão onde se identifica a referência da coroa portuguesa. O nome do Chafariz significa "água cristalina que ali brota" e possui origem tupi. Não existem quaisquer outras informações disponíveis em sítios eletrônicos ou materiais impressos senão as poucas informações contidas no sítio eletrônico do IPHAN.

Figura 15: Chafariz do Kaquende



Fonte: Autora, 2017.

Não existem muitas informações disponíveis sobre o Hospício da Terra Santa que atualmente está em uma propriedade privada. O edifício possui influência no rococó e sua construção é de 1740. O local servia como hospedaria para idosos e necessitados. Em 1967 o órgão responsável pelo patrimônio artístico brasileiro registrou que o Hospício da Terra Santa estava em péssimas condições de conservação.

Segundo Vilela (2015) o imóvel ficou mais de vinte anos abandonado e no ano de 1976 a Prefeitura do Município de Sabará, que poderia arcar com sua restauração, loteou o terreno e vendeu o prédio. Ao lado do edifício encontra-se a Capela de Nossa Senhora do Pilar que também é protegida por meio do processo de tombamento.

Figura 16: Hospício da Terra Santa



Fonte: Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, sem data.

Segundo a lenda popular, a irmandade foi inspirada na história de Chico Rei que era rei na África e foi capturado para ser escravo no Brasil. Após conseguir comprar sua alforria, Chico Rei criou uma irmandade e ergueram uma Igreja em homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

Figura 17: Vista semi-lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Autora, 2017.

Na estrutura interior da igreja inacabada encontra-se a capela antiga que foi preservada e restaurada no ano de 1945 pelo IPHAN. Em 1713 foi erguida uma pequena capela de madeira por escravos da "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos" de Sabará. Inspirados pela história de Chico Rei, no ano de 1768 a irmandade iniciou a construção de uma grande Igreja ao redor da capela. Com a abolição da escravatura no ano de 1888 a construção foi abandonada. A Igreja Nossa Senhora do Rosário está localizada no coração do centro histórico da cidade de Sabará e foi protegida pelo processo de tombamento no ano de 1938.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou-se das análises qualitativa e comparada das fontes de informação de patrimônios culturais. Diante o objetivo da pesquisa e a necessidade de validação da hipótese, antes de qualquer análise se compreendeu a necessidade de identificar e selecionar duas cidades com tradição na preservação do patrimônio cultural. A cidade de Sabará (Minas Gerais, Brasil) foi escolhida considerando a proximidade com a cidade de Belo Horizonte, onde está localizada a Universidade Federal de Minas Gerais, e a facilidade de acesso aos patrimônios culturais.

Schriewer (2009) acredita que a análise comparada consegue identificar por meio de *“reconstruções conceitualmente informadas, soluções de problemas historicamente realizados”*. Schneider e Schmitt (1998) explicam que o método comparado busca o *“contraste de contextos consiste na comparação de dois ou mais casos buscando por evidências as diferenças recíprocas”*. Ponderando tais manifestações, a cidade de Montréal (Québec, Canadá) foi escolhida considerando a tradição de preservação do patrimônio cultural.

A escolha da cidades também ocorreu pelos seguintes aspectos: a) grande número de patrimônios culturais; b) relevância para o país de origem; c) existência de estrutura jurídica de proteção; d) cidades localizadas em países signatários das convenções da UNESCO no que tange o patrimônio cultural; e) entrosamento acadêmico entre pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Québec em Montréal.

Conforme Gil (2008) o "método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles". A comparação consiste na análise das fontes informacionais disponíveis dos patrimônios culturais escolhidos que possibilite estabelecer ou apontar o que justifica um bem ser mais preservado que outro.

O universo contemplado na pesquisa abrange o patrimônio cultural, neste sentido optou-se, ainda, pela escolha de 06 (seis) patrimônios culturais materiais em cada uma das cidades escolhidas para que fosse objeto de análise documental qualitativa.

Em 04/07/2016 após requerimento formal, a Secretaria de Cultura de Sabará disponibilizou a listagem atualizada de todos os bens culturais (materiais e imateriais) protegidos da cidade de Sabará. Por sua vez, a escolha dos patrimônios culturais da cidade de Montréal foi realizada após visitas aos sítios eletrônicos governamentais e de entidades civis.

Tabela 1 – Patrimônios escolhidos para análise documental

Patrimônio Cultural	Ano do reconhecimento	Cidade
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	13/06/1938	Sabará
Capela de Sant´Ana	09/05/1950	Sabará
Igreja Nossa Senhora do Rosário	13/06/1938	Sabará
Teatro Municipal	02/01/1963	Sabará
Chafariz do Kaquende	07/02/1950	Sabará
Hospício da Terra Santa	09/05/1950	Sabará
Édifício Club Mount Royal	15/01/1974	Montréal
Basilique Saint-Patrick	10/12/1985	Montréal
Saint Joseph´s Oratory	05/03/2004	Montréal
Tours du Fort-des-Messieurs-de-Saint-Sulpice	20/11/1974	Montréal
Basilique Notre-Dame	24/02/1989	Montréal
Marché Bonsecours	23/11/1984	Montréal

Fonte: Autora, Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Sabará e Lieux Patrimoniaux du Canada

A partir da escolha dos patrimônios culturais iniciou-se uma série de coletas de dados afim de compreender: 1) como ocorreu o processo de proteção do patrimônio escolhido; 2) de que forma seria possível identificar as fontes de informação dos patrimônios culturais; 3) como se dá o acesso do patrimônio cultural em ambiente virtual; 4) se existem recursos informacionais capazes de promover a proteção do bem e de qual forma.

A coleta de dados para a presente pesquisa baseou-se na busca pelas fontes informacionais disponibilizadas em ambiente virtual e durante a visitação *in loco* dos patrimônios escolhidos. A presente autora visitou pessoalmente todos os patrimônios ao longo dos anos de 2016 e 2017. Optou-se por dividir a coleta de dados em três etapas.

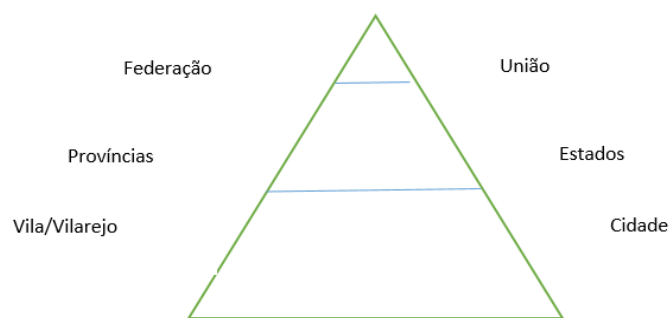
A primeira etapa consistiu na disposição em planilha de dados coletados nos sítios eletrônicos oficiais das cidades e dos Governos, bem como os sítios eletrônicos dos próprios bens culturais. Todos os materiais físicos (impressos) entregues durante a visitação dos patrimônios culturais foram analisados.

Os aspectos verificados foram: a) qual o público alvo; b) o ano da pedra fundamental; c) o ano da construção final; d) os principais artistas envolvidos na construção; e) o estilo de construção; f) a existência de sítio eletrônico específico e oficial; g) a classificação do tipo de perigo que o patrimônio estava exposto (comprovado ou perigo em potencial); h) forma de financiamento principal; i) fontes de financiamento secundárias; j) citações na plataforma CAPES dos bens culturais de Sabará e na plataforma Virtuose dos bens culturais de Montréal;

k) número de citações no Twitter; l) a existência de um aplicativo mobile sobre informações dos patrimônios.

A segunda etapa da coleta de dados buscou identificar as legislações que inseriam os patrimônios culturais na condição de protegidos. Inicialmente identificou-se que tanto Montréal quando Sabará estão localizadas em países que possuem descentralização na elaboração de leis relacionadas aos patrimônios culturais. A descentralização nada mais é do que a possibilidade de todos os entes federativos legislarem sobre determinado tema desde que as políticas públicas sejam constitucionais.

Figura 18: Descentralização



Fonte: Autora

Para a identificação das legislações relacionadas ao patrimônio cultural foram utilizados os sítios eletrônicos da UNESCO, da Prefeitura Municipal de Sabará, do Palácio do Planalto da Presidência da República do Brasil, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da Cidade de Montréal, do Parlamento Canadense e do Governo de Québec.

A terceira etapa da coleta de dados consistiu na inserção de cada dado coletado em um tipo de classificação de proteção do patrimônio cultural. As classificações da proteção<sup>21</sup> do patrimônio cultural foram criadas por esta autora que serão clareadas na análise de resultados. Além disso, nesta etapa foram analisadas as informações disponíveis nas plataformas Capes e Virtuose, bem como no *Google* no que tange ao número de páginas

---

<sup>21</sup> Sendo: 1) a proteção legal que consiste na existência de legislação específica para a proteção do patrimônio cultural; 2) a proteção institucional que consiste na existência de setores governamentais capazes de manter a estrutura e salvaguardar o patrimônio cultural; 3) a proteção voluntária que consiste na existência de grupos ou entidades civis que tenham o objetivo de colaborar na salvaguarda do patrimônio cultural; 4) a proteção por estruturas físicas que consiste na existência de mecanismos de segurança e recursos humanos que visam salvaguarda do patrimônio. As referidas categorias estão detalhadas e justificadas no capítulo “Proteção Informacional”.

relacionadas ao tema ou patrimônio escolhido, bem como citações na internet e em artigos científicos.

Com os dados coletado foi possível compreender a diferença da disposição das informações dos patrimônios estudados e a relação dessa situação com a manutenção, salvaguarda e estado da estrutura física. Uma vez analisados os tipos mais frequentes de proteção do patrimônio público foi possível estabelecer a relação entre proteção do patrimônio e as fontes de informação.

#### 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

É importante esclarecer que a pesquisa buscou analisar o uso da informação para a proteção do patrimônio cultural. Cumprindo o procedimento metodológico, a partir de diversas fontes identificadas<sup>22</sup>, foram selecionadas dezoito fontes informacionais (primárias e secundárias) do patrimônio cultural. Foi considerado critério de escolha as fontes cuja informação extraída poderia ser objeto de análise quantitativa, bem como fosse possível ter acesso as mesmas em um maior número de vezes.

Observa-se que todas as fontes escolhidas foram identificadas nos patrimônios culturais de Montréal, sendo que apenas seis foram identificadas nos patrimônios culturais da cidade de Sabará.

Tabela 2: Principais fontes de informação dos bens culturais identificados pela pesquisa

Fonte de Informação	Sabará	Montréal
Relação dos bens culturais protegidos <sup>23</sup>	X	X
Legislação sobre o patrimônio cultural	X	X
Parecer que justifica registro do bem enquanto tombado/protegido		X
Conselho do Patrimônio Cultural	X	X
Arquivos e política de arquivos para o patrimônio histórico	X	X
Guia impresso explicativo da importância do patrimônio cultural da cidade		X
Documento de avaliação do processo de documentação do valor patrimonial		X
Base de dados pública para acesso informações dos edifícios de interesse patrimonial		X
Sítio eletrônico do Conselho do Patrimônio		X
Identificação do conceito de patrimônio para a cidade	X	X
Plano administrativo de herança cultural		X

<sup>22</sup> Fontes identificadas: Relação dos bens culturais protegidos; legislação sobre o patrimônio cultural; parecer que justifica registro do bem enquanto tombado/protegido; Conselho do Patrimônio Cultural; arquivos e política de arquivos para o patrimônio histórico; guia impresso explicativo da importância do patrimônio cultural da cidade; documento de avaliação do processo de documentação do valor patrimonial; base de dados pública para acesso informações dos edifícios de interesse patrimonial; sítio eletrônico do Conselho do Patrimônio; identificação do conceito de patrimônio para a cidade; plano administrativo de herança cultural; aplicativo mobile, cartilhas informativas; sítios eletrônicos específicos dos patrimônios analisados; totens de informação, guia digital explicativo da importância do patrimônio cultural da cidade; quichê, quiosque ou central sobre os bens culturais; decretos ou atos administrativos do patrimônio; livros e publicações; relatos dos moradores da cidade; histórico de autoridades locais; bibliotecas públicas; arcervos particulares; museus; publicações em diários oficiais; atas de reuniões de moradores; atas de reuniões de conselhos do patrimônio; textos não publicados; recordações escritas dos construtores, fotografias; biografia dos artistas envolvidos nas construções; entrevistas; filmes e documentários; arquivo nacional; publicações de pesquisas científicas; documentos da Igreja Católica.

<sup>23</sup> A relação dos bens culturais protegidos estão disponíveis nos sítios eletrônico das prefeituras de ambas cidades na página destinada aos patrimônios culturais.

Aplicativo mobile		X
Cartilhas informativas	X	X
Sítios eletrônicos específicos dos patrimônios analisados		X
Totens de informação		X
Guia digital explicativo da importância do patrimônio cultural da cidade		X
Guichê, quiosque ou central sobre os bens culturais	X	X
Decretos ou atos administrativos do patrimônio	X	X
Livros e publicações	X	X

Fonte: Autora, 2017

Em primeira análise a ausência de uma pluralidade de fontes informacionais pode indicar a limitação ou acomodação dos métodos de difusão da informação<sup>24</sup>. Ocorre que é tecnicamente impossível utilizar a informação que não está disponibilizada. Os patrimônios culturais precisam de constante fiscalização para a garantia de sua manutenção. Entretanto, o patrimônio será menos fiscalizado pela população se a informação limitar-se aos mantenedores ou um público muito específico.

Em outro aspecto, menos informacional e mais turístico, as fontes de informação dos patrimônios culturais podem possibilitar que terceiros venham se interessar pelos bens e fomentar a visitação. Os aplicativos mobiles, como exemplo, que podem ser disponibilizados em qualquer aparelho celular e são utilizados pela prefeitura de Montréal como método de fomento e estímulo de preserva o e conhecimento do patrimônio cultural.

Tabela 3: Alguns aplicativos mobile de Montréal disponíveis nas plataformas IOS e Androide

Nome do aplicativo	Finalidade
Montreal Map and Walks	Passeios guiados pela cidade de Montréal
Museus Montreal	Informa�es sobre os museus da cidade
Montréal - Services aux citoyens	Permite que o cidadão questione as situa�es de dano na cidade
Montréal a la carte	Indica mais de oitocentos pontos de interesse do bairro Ville-Marie
Montréal em Histoires	Utiliza realidade virtual aumentada para explicar a história de Montréal
Montréal City Minute	Notícias diárias e informa�es gerais sobre a cidade

Fonte: Autora, 2017.

A evidência de um número menor de fontes informacionais pode indicar a falta de estratégia, falta de interesse em difundir o patrimônio cultural, limita o orçamentária e falta de recursos humanos. A cidade de Montréal possui um poder aquisitivo maior que a cidade de Sabará<sup>25</sup>, entretanto a ausência de recursos financeiros e humanos não justifica com a

<sup>24</sup> A possibilidade de propaga o da informa o; a divulga o da informa o; o maior número de locais onde podem estar inseridas a informa o.

<sup>25</sup> Segundo o IBGE<sup>25</sup> a cidade de Sabará possui cerca de 302.000 (trezentos e dois mil) quil metros e uma estimativa de 135.196 (cento e trinta e cinco mil cento e noventa e seis) habitantes. No ano de

ausência de disponibilização da informação em pelo menos um método mais eficiente. No Brasil, além de ser eticamente correto, a administração pública tem o dever instituído por lei<sup>26</sup> de disponibilizar informações oficiais, portanto, independentemente do recurso disponível a informação deve ser acessível.

Verifica-se que as fontes de informação do patrimônio cultural disponíveis pela administração de Sabará e demais mantenedores dos bens culturais da cidade não possibilitam o total acesso às informações sobre os bens culturais. Observa-se que a cidade de Montréal possui um banco de dados disponível em ambiente virtual para que qualquer interessado possa ter acessos às informações dos patrimônios culturais. O referido sítio possui a busca geográfica e por tipo arquitetônico de cada patrimônio cultural.

Grande parte da documentação patrimonial de Sabará encontra-se na secretaria de cultura do município e não está disponível em locais naturais de recuperação da informação como museus, bibliotecas e arquivos. No que tange a primeira categoria de proteção do patrimônio cultural, a legislação brasileira e a canadense são vanguardistas porque possibilitam diversos tipos de inventário de bens culturais.

#### **4.1 As categorias de proteção**

A presente pesquisa criou quatro categorias de proteção do patrimônio cultural considerando que a preservação pode ser exercida de várias formas distintas. Sendo: 1) proteção legal; 2) proteção institucional; 3) proteção voluntária, 4) proteção por estruturas físicas.

A primeira categoria de proteção é constituída pelo agrupamento de todos os instrumentos jurídicos disponíveis e considerada a base fundamental para as demais categorias. O estabelecimento de estruturas jurídicas na sociedade foi iniciado como um grande pacto entre os indivíduos para o controle de atos atinentes ao estado natural de cada um deles. A sociedade, ao longo de sua evolução, se conscientizou das necessidades de proteção e garantia de determinados direitos sem os quais seria impossível viver ou conviver.

---

2014 a renda per capita da referida cidade foi de R\$15.969,67 (quinze mil novecentos e sessenta e nova reais e sessenta e sete centavos). Segundo as estatísticas canadenses a cidade de Montréal<sup>25</sup> possui cerca de 1.704.694 (um milhão setecentos e quatro mil seiscentos e noventa e quatro) habitantes em uma área aproximada de 365.000 (trezentos e sessenta e cinco mil). No ano de 2014 a renda per capita da referida cidade foi de \$59.821 (cinquenta e nove mil dólares canadenses oitocentos e vinte e um centavos)<sup>25</sup>.

<sup>26</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 oficializa a publicidade como um dos princípios fundamentais da administração pública. A lei federal nº. 12.527/2011 determina que a administração tem o dever de fornecer a informação de suas atividades, dentre outras situações.

Nesse sentido, o sistema jurídico incorporou estes anseios ao direito criando e legitimando a indisponibilidade dos direitos fundamentais.

No contexto histórico, para compreensão da essencialidade que justifica a afirmação de que a proteção legal é base para todas as outras, deve-se identificar a construção das chamadas dimensões ou gerações de direitos fundamentais. Para Bonavides (1993) os direitos são classificados em gerações ou dimensões que transmitem os anseios da sociedade no que tange aos seus direitos e deveres. Na esteira do século XIX, a posição liberal é o berço da primeira dimensão de direitos fundamentais que garantiam o direito à individualidade, à vida, à liberdade e a proteção da propriedade com proteção legal.

Por sua vez, a segunda dimensão de direitos fundamentais se caracteriza pelo Estado social. O Estado social é garantista e tem por finalidade fornecer aos cidadãos tudo que for necessário para sua sobrevivência. Nessa concepção, os liberais protegeriam a propriedade privada em detrimento das necessidades dos cidadãos para perpetuarem no poder. Com grande repúdio aos direitos de liberdade, os cidadãos do Estado social viviam em uma estrutura Estatal patriarcal, coletiva e garantidora da igualdade como base para uma vida harmônica e justa. Assim, na segunda dimensão de direitos fundamentais o Estado Liberal foi trocado pelo coletivismo oferecido pelo Estado Social. Não obstante, para grande parte da população burguesa, o Estado Social foi fundamento para regimes ditatoriais que sacrificaria as liberdades individuais em prol de uma coletividade. Araújo Sá (2002) acrescenta que os direitos de segunda dimensão são os sociais, culturais e econômicos por serem prestações positivas do Estado.

A desigualdade social herdada do Estado Liberal, oriunda do descaso aos cidadãos das camadas mais pobres da sociedade, era a principal barreira a ser vencida no Estado Social. Para isto, seria necessário a incorporação de políticas públicas com intuito e possibilitar um controle Estatal no mercado. Nesse contexto, os direitos fundamentais sociais surgiram como obrigações Estatais disponibilizadas aos cidadãos. Para Silva (2006) são direitos que se ligam ao direito de igualdade. São direitos sociais, portanto, as prestações positivas do Estado que visam diminuir a desigualdade entre os cidadãos. A terceira dimensão de direitos concentra a evolução das duas primeiras gerações e na visão de Bonavides (1993) e legitima os direitos de solidariedade. Reitera Araújo Sá (2002).

Por fim, restam, nesse ponto de vista, a quarta dimensão de direitos fundamentais, os chamados direitos pluralistas que englobariam a democracia, à informação e à comunicação. Os direitos da quarta dimensão correspondem àqueles que envolvem a participação social em todos os seus aspectos, seja elegendo seus representantes, participando de grupos sociais, morando e contribuindo com sua cidade.

A evolução das dimensões de direitos possibilitou a titularidades de direitos classificados como fundamentais, o aumento da participação popular, a implementação de mecanismos de garantias de direitos e deveres, bem como a responsabilidade Estatal da preservação e manutenção desses direitos, agora fundamentais. Nesse aspecto, o Estado Democrático de Direito incorpora a proteção dos direitos individuais, coletivos e difusos, bem como zela pela ordem contínua da democracia e liberdade, pauta-se, ainda, pela prevalência constitucional.

O Estado Democrático de Direito visa garantir os direitos fundamentais da pessoa humana, segundo Silva (2006). Pontualmente, a relevância da interpretação da norma legal no Estado Democrático de Direito não se pauta, somente, pela interpretação literal, visto que as esferas sociais, políticas e econômicas estão constantemente sujeitas às transformações e afetam diretamente a proteção aos direitos fundamentais.

Os motivos acima justificam a proteção legal enquanto base dos demais tipos de proteção existentes porque as estruturas jurídicas foram estabelecidas a partir dos próprios anseios sociais. Assim, todos os demais tipos de proteção decorrem da existência de um sistema legal, admitir o contrário é acreditar que ainda vivemos em um estado de natureza.

A segunda categoria de proteção do patrimônio retrata o número de instituições governamentais criadas com a finalidade de salvaguardar os bens culturais. No Brasil, a CR/88 descentraliza para os entes federados a responsabilidade de proteger os bens culturais, todos os entes possuem pelo menos um órgão de proteção do patrimônio cultural.

O IPHAN, que está vinculado ao Ministério da Cultura, responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro<sup>27</sup>. O IPHAN foi criado pela Lei nº. 378 de 1937 tem finalidade de promover “*o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico*”. No âmbito do estado de Minas Gerais encontramos o IEPHA, uma fundação que está vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e também tem finalidade de proteger e promover os bens culturais.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Sabará<sup>28</sup> está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e possui como um dos objetivos a promoção de ações visando a preservação do patrimônio cultural. Apesar de não estarem vinculadas ao Governo, o

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.sabara.mg.gov.br/portal/index.php/secretaria-de-cultura>>. Acesso em 10 jun. 2017.

Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Federal são responsáveis pela defesa dos direitos dos cidadãos e atuam enquanto fiscais da lei.

No Canadá, assim como no Brasil, foram identificados diversos órgãos de proteção do patrimônio cultural. Em âmbito nacional o *Ministère du Patrimoine Canadien*<sup>29</sup> é responsável pelo desenvolvimento de políticas relacionadas às artes. Na província de Québec visualizamos o *Ministère de la Culture et des Communications* cuja missão é *contribuir com a identidade e vitalidade cultural de Québec*. O *Conseil Du Patrimoine De Montréal*<sup>30</sup> é um órgão consultivo da Prefeitura de Montréal com objetivo fomentar e recomendar políticas e projetos no âmbito das questões relacionadas ao patrimônio de Montréal.

As instituições governamentais são criadas por legislações específicas e vinculadas ao plano de governo vigente. A sensibilidade da presente categoria de proteção está na transitoriedade dos governos que com frequência mudam toda a administração envolvida em determinado projeto. É importante esclarecer que quanto mais fortalecida é a política pública de proteção do patrimônio cultural, menor será o impacto da transitoriedade governamental.

Se faz importante que a instituição governamental possua um plano de ação e um direcionamento realístico para o tempo de governo. Além dos aspectos acima mencionados, se a proteção do patrimônio cultural não for concebida como um direito fundamental correrá o risco de ter orçamento reduzido para outras áreas como saúde, educação e segurança. A CR/88 determina a destinação de recursos para o que considera direito fundamental.

A categoria denominada “proteção voluntária” retrata a participação popular, os grupos ou organizações civis com foco da salvaguarda dos bens culturais. Assim, a referida categoria é caracterizada pela rede de proteção que auxilia os órgãos responsáveis e mantenedores do patrimônio cultural. A proteção voluntária pode ser compreendida como a pré-disposição da sociedade em se organizar. O envolvimento da sociedade é essencial para a preservação do patrimônio cultural porque o cidadão faz parte do processo de proteção. Dentre as instituições internacionais identificamos a UNESCO, o ICOMOS e o ICOM atuantes na preservação da proteção do patrimônio cultural. A UNESCO<sup>31</sup> foi criada em 1945 após a segunda guerra

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://www.canada.ca/fr/patrimoine-canadien/pour-nous-joindre.html>>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>30</sup> Disponível em: <[http://ville.montreal.qc.ca/portal/page?\\_pageid=6377,63751646&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://ville.montreal.qc.ca/portal/page?_pageid=6377,63751646&_dad=portal&_schema=PORTAL)>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco>>. Acesso em 10 jun. 2017.

mundial com objetivo de estabelecer cooperação intelectual entre os Estados-Membros que hoje são 193 (cento e noventa e três) países.

A UNESCO em diversas convenções, inclusive no seu ato de constituição, estabelece a preservação do patrimônio mundial como uma finalidade institucional. A preservação do patrimônio, para a instituição, remete à proteção dos povos.

O ICOMOS<sup>32</sup> é uma instituição dedicada à proteção e conservação dos patrimônios culturais. Em 1964 e 1931, nas Cartas de Veneza e de Atenas, foram instituídos os princípios norteadores da preservação dos patrimônios culturais que veem sendo aplicados por diversos países. Atualmente o órgão é composto por mais de 9.000 (nove mil) membros em mais de 151 (cento e cinquenta e um países). O ICOM<sup>33</sup> foi fundado em 1946 por profissionais de museus e é constituído por uma ampla rede formada por 35.000 (trinta e cinco mil) museus e profissionais. Apesar de ser uma instituição focada em estabelecer normas e orientações aos museus e aos profissionais dessa instituição, o ICOM possui grande número de orientações e normas que pretendem preservar os patrimônios culturais.

No âmbito de Minas Gerais observamos a Associação das Cidades Históricas foi fundada em 2003, composta por trinta municípios, visa desenvolver políticas direcionadas ao patrimônio, cultura e turismo. Em Montréal, o *Héritage Montréal* é uma fundação criada em 1975 e foi criada para promover e proteger o patrimônio arquitetônico, histórico, natural e cultural da cidade.

A última categoria de proteção, denominada “proteção por estruturas físicas” se baseia na identificação de dispositivos tecnológicos ou recursos humanos para a garantia da proteção do bem cultural. Os patrimônios culturais estão sujeitos ao comportamento humano tanto em seu benefício quanto em seu malefício. O comprometimento de seu acervo por atos de terceiros ou de sua estrutura está diretamente ligado a possibilidade de vigilância. Essa categoria foi criada para demonstrar que recursos tecnológicos podem auxiliar na visualização dos patrimônios culturais tanto para ser objeto probatório de possíveis aos criminosos quanto para possibilitar que terceiros tenham acesso virtual ao local.

Um exemplo da proteção por estruturas físicas é a vigilância eletrônica, tal proteção é frequentemente utilizada inclusive existem diversos sítios eletrônicos fazem transmissão ao vivo do que está ocorrendo ao redor de diversos patrimônios culturais. O usuário da rede

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.icomos.org/fr/a-propos-de-licomos/mission-et-vision/licomos-en-bref>>. Acesso em 10 jun. 2017.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://icom.museum/lorganisation/licom-en-bref/L/2/>> . Acesso em 10 jun. 2017.

mundial de computadores pode assistir ao vivo pela *Fontana di Trevi* e pelo Coliseu Romano, o recurso tecnológico é utilizado para fins turísticos e de segurança. Em outra vertente a categoria também abarca o número de profissionais envolvidos na manutenção do patrimônio cultural, vez que os recursos humanos são essenciais para qualquer tipo de situação. Entretanto, não é apenas a presença dos recursos humanos que possibilitam a proteção dos bens culturais, mas sim a presença de pessoas qualificadas, bem preparadas, reconhecidas e cientes do papel que desempenham.

É importante ressaltar que todos os tipos de proteção categorizados são fontes de informações por serem locais onde se pode localizar as informações.

#### 4.1.1 Análise dos dados conforme as categorias de proteção

Observa-se que as legislações existentes cumprem a função de definir o que pode ser considerado patrimônio cultural e indicam a forma de preservação, bem como as sanções aplicadas nos casos de negligência e danos. Em que se pese a existência de leis específicas sobre o tema é extremamente incoerente a adoção de uma política pública de proteção dos patrimônios culturais vanguardista sem que sejam adotadas medidas de acessibilidade dessas informações. É impossível proteger aquilo que não se conhece.

Tabela 4: Legislações sobre o patrimônio cultural

Âmbito federativo	Sabará	Montréal
Cidade (Vila)	A Lei nº. 423/91 estabelece que ficam sob a proteção especial os bens culturais e naturais existentes no Município dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico que justifiquem o interesse público na sua preservação	Lei do Patrimônio Cultural define que são patrimônios culturais a herança intangível, o personagem histórico, o evento e local histórico <sup>34</sup> .
Estado (Província)	A lei nº. 11726/1994 define que Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem: as formas	Ato do Patrimônio Cultural <sup>35</sup> define que o patrimônio cultural é constituído por locais, documentos, edifícios, objetos patrimoniais históricos, bem como locais, paisagens naturais do patrimônio cultural e patrimônio intangível.

<sup>34</sup> Disponível em:

<[http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/CONS\\_PAT\\_MTL\\_FR/MEDIA/DOCUMENTS/LOIPC\\_JOUELLET\\_MPHAMELIN\\_15%20JUIN2012.PDF](http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/CONS_PAT_MTL_FR/MEDIA/DOCUMENTS/LOIPC_JOUELLET_MPHAMELIN_15%20JUIN2012.PDF)>. Acesso em 07 jul. 2017.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://legisQuébec.gouv.qc.ca/fr/ShowDoc/cs/P-9.002>> Acesso em 21 jul. 2017.

	de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, tecnológicas e artísticas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.	
Federação	O artigo 216 da Constituição da República define que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.	O artigo nº. 27 do Ato Constitucional de 1982 define que qualquer interpretação deve ser consistente com o objetivo de promover a preservação e o aprimoramento do patrimônio multicultural dos canadenses.

Fonte: Autora, 2017.

É importante destacar que a difusão da informação não é o único aspecto que deve ser observado para a garantia da manutenção do bem ou redução de danos possíveis, mas também deve-se empreender esforços de conscientização popular. A cidade de Sabará tem o costume de realizar eventos para a conscientização do patrimônio imaterial como o “Festival de jabuticabas”<sup>36</sup>. A cidade de Montréal também realiza os referidos eventos que incentivam a população conhecer os patrimônios culturais e sua importância, um deles é conhecido como a “*Journées de la culture*”.

O município de Montréal estabeleceu um plano de ação patrimonial 2017-2022<sup>37</sup> que foi submetido ao conselho patrimonial da cidade e a uma consulta pública. Dentre os diversos

<sup>36</sup> A jabuticaba é uma fruta adocicada cujo plantio é fomentado pela Prefeitura de Sabará que concede descontos no imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana para quem tem pés plantados na residência. O Festival de Jabuticaba é um patrimônio imaterial da cidade de Sabará que é conhecida pelo grande número de pés de jabuticabas.

<sup>37</sup> Disponível em:

<[http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/COMMISSIONS\\_PERM\\_V2\\_FR/MEDIA/DOCUMENTS/DOCCONSULT\\_20170216.PDF](http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/PAGE/COMMISSIONS_PERM_V2_FR/MEDIA/DOCUMENTS/DOCCONSULT_20170216.PDF)> Acesso em 07 jul. 2017.

aspectos abordados, o plano estabelece eixos sustentadores da política de proteção dentre elas a concepção da cidade enquanto líder patrimonial, a criação de uma inteligência coletiva e compartilhamento do conhecimento (conhecimento cultural) podem contribuir para os processos de análise e suporte do patrimônio, o desenvolvimento de métodos e ferramentas de Montréal e a inovação na estratégia de financiamento. Não foi identificado qualquer plano governamental ou projeto de ação do patrimônio pensado para a proteção dos bens culturais de Sabará.

Acerca da segunda categoria de proteção identificou-se estruturas governamentais criadas para a salvaguarda de bens culturais, nos três níveis federais foram encontrados órgão de proteção do patrimônio cultural<sup>38</sup>. Desde 2012 o Ministério da Cultura e Comunicação de Québec disponibiliza em ambiente virtual os dados dos patrimônios culturais para livre acesso.

É relevante destacar que a cidade de Sabará tem implementando fóruns de discussão sobre os patrimônios culturais com seus cidadãos. A referida iniciativa tem finalidade de ser ponto de diálogo acerca dos patrimônios culturais de cada região de Sabará. Por sua vez, por meio do Conselho do Patrimônio, a cidade de Montréal realiza reuniões públicas que podem ser iniciadas a partir de solicitação do cidadão e da necessidade evidenciada pelo conselho.

Destaca-se, ainda, a base de dados criada pelo município de Montréal, disponível do sítio eletrônico “*Vieux-Montréal*”<sup>39</sup>, que foi pensada a partir do acordo de desenvolvimento cultural estabelecido com o governo de Québec<sup>40</sup>. Trata-se da busca da proteção do centro histórico de Montréal a partir da divulgação das informações disponíveis sobre o local. O referido banco de dados possui os inventários dos patrimônios culturais e excelentes ferramentas de recuperação das informações dos bens culturais. No referido sítio é possível visualizar desde os detalhes da construção e históricos dos bens.

O referido diretório não se trata de um breve relato histórico, como observamos nos sítios eletrônicos dos órgãos brasileiros, mas um diretório informacional em ambiente virtual no qual é possível acessar a localização geográfica, imagens, informações administrativas, temática incorporada, tipo de utilização do patrimônio, patrimônios associados, motivo da proteção, relato histórico, patrimônios móveis associados, placas informativas, perfil das

---

<sup>38</sup> No Brasil foram encontrados o IPHAN, IEPHA e o Conselho do Patrimônio Cultural. No Canadá o Ministério do Patrimônio Canadense, o Ministério da Cultura e da Comunicação de Québec e o Conselho do Patrimônio de Montréal.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://www.vieux.montreal.qc.ca/>> Acesso em 07 jul. 2017.

<sup>40</sup> O primeiro acordo foi estabelecido em 1979, após os eventos referidos no segundo item 3.1.2 desta dissertação, tinha objetivo de preservar o centro histórico de Montréal.

pessoas vinculadas a construção do bem. Todos os patrimônios pesquisados e selecionados por esta pesquisa estão inseridos no referido diretório.

O “*Archives Montréal*” é um sítio eletrônico dedicado a disponibilização dos arquivos históricos de Montréal mediante acesso ao catálogo de documentos. A base de dados possui um enorme acervo fotográfico e de documentos impressos que foram digitalizados e deixado a disposição dos cidadãos em ambiente virtual.

Quatro bancos de dados oficiais são disponibilizados pelo cidade de Montréal: 1 - *Grand répertoire du patrimoine bâti* de Montréal que se trata de um inventário de edifícios e áreas de valor patrimonial excepcional com status de proteção; 2 - *Propriétés municipales d'intérêt patrimonial* que é a lista de todas as propriedades municipais de interesse patrimonial; 3 - *Le patrimoine du Vieux-Montréal en détails* que se trata das informações relacionadas aos edifícios, pessoas, ruas, praças do centro historio de Montréal; 4 - *Patrimoine la toponymie* referente a herança toponímica de Montréal.

Não foi identificado qualquer tipo de diretório semelhante que disponibilizasse o referido tipo de informação dos bens culturais de Sabará. É importante destacar que a descrição histórica do bem não remete a todas informações disponíveis nos acervos físicos dos processos de tombamento. É o caso do sítio eletrônico do IPHAN que disponibiliza o nome, a descrição, o endereço, o local e data de proteção, o número do processo de tombamento. A informação dos processos de tombamento está inserida em arquivos físicos, na era digital é imprescindível o acesso dos referidos arquivos em ambiente virtual afim de se consolidar enquanto mais uma forma de difusão da informação.

Ocorre que nos sítios eletrônicos oficiais as informações dos bens culturais de Sabará estão incompletas, é o caso do sítio eletrônico do IPHAN que reporta a importância de determinado artista envolvido na construção do bem cultural, mas não elabora um perfil do mesmo o que limita a compreensão do interessado dos motivos pelos quais o referido artista é importante. Na mesma linha, observa-se que o IPHAN relata que determinado processo de tombamento inclui o acervo do bem cultural, mas não especifica quais objetos estão nesses acervos.

Observa-se que o sítio eletrônico do IBGE possui um catálogo virtual<sup>41</sup> com diversos dados captados pelo órgão, dentre eles o acervo dos municípios brasileiros. Apesar de possuir um recurso virtual tecnicamente de fácil acesso, o referido órgão utiliza as informações

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>>. >. Acesso em 07 jul. 2017.

anteriormente disponibilizadas pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal de Sabará. Assim, podemos observar um grande *looping*<sup>42</sup> informacional que não inova e repete as mesmas informações anteriormente dispostas.

Outro aspecto analisado foi a produção de material impresso e digital acerca dos patrimônios culturais de cada cidade. A cidade de Sabará possui o serviço de atendimento ao turista que está localizado na entrada da cidade. O local é referência para informações e durante as visitas realizadas para esta pesquisa observou-se profissionais qualificados e conscientes da importância da preservação do patrimônio cultural na medida em que informam aos visitantes e interessados dos motivos pelos quais os bens foram considerados protegidos.

Sabará dispõe de pouco material impresso e digital sobre os patrimônios culturais. No Centro de Atendimento ao Turista de Sabará o único impresso disponível, nas visitas realizadas entre outubro/2016 a março/2017, era um mapa simples dos pontos turísticos para visitação. Ao longo da cidade totens informativos são visualizados, mas em formato de placas de metal em frente dos monumentos.

Não existem documentos digitais produzidos sobre a importância dos patrimônios culturais ou que possibilitem a melhor compreensão das políticas de salvaguarda dos bens de Sabará. A cidade possui uma Secretaria de Cultura e outra de Turismo, a associação das duas repartições é visualizada no sítio eletrônico do município onde é possível recuperar informações acerca do locais para visitar, alimentar, hospedar e comprar.

Por outro lado, a cidade de Montréal produz diversos informativos digitais e impressos para a compreensão da necessidade de salvaguarda dos bens culturais. No sítio eletrônico da cidade de Montréal existem documentos criados com objetivo de justificar a importância histórica dos patrimônios e apresentar os pontos principais da legislação vigente. Além de disponibilizar documentos oficiais que contam a história dos patrimônios culturais, a cidade se preocupou em criar uma cartilha que explica o passo a passo do processo para legitimar um bem enquanto patrimônio cultural<sup>43</sup>.

No que tange a proteção voluntária esclarecida no segundo capítulo, foram encontradas entidades com fins não governamentais que adotam medidas para colaborar na proteção dos bens culturais como forma de manter o legado e a cultura. Essas entidades são

---

<sup>42</sup> Por esta Autora considerado como uma repetição de movimentos.

<sup>43</sup> L'évolution de l'intérêt patrimonial d'un lieu. Disponível em: <[http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/patrimoine\\_urbain\\_fr/media/documents/evaluation\\_interet\\_patrimonial\\_lieu.pdf](http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/patrimoine_urbain_fr/media/documents/evaluation_interet_patrimonial_lieu.pdf)>. Acesso em 07 jul. 2017.

importantes observatórios e auxiliam os mantenedores do patrimônio cultural na criação de medidas de proteção.

Tabela 5: Algumas instituições específicas de proteção do patrimônio cultural (não governamentais)

	Âmbito internacional	Âmbito nacional	Âmbito regional
Brasil, Minas Gerais e Sabará	UNESCO, ICOMOS, ICCROM.	Associação Brasileira das Cidades Históricas.	Associação das cidades históricas de Minas Gerais, Associação Mineira de Defesa do Ambiente.
Canadá, Québec e Montréal	UNESCO, ICOMOS, ICCROM <sup>44</sup> , Blue Shield International <sup>45</sup> .	Fondation québécoise pour la protection du patrimoine culturel, Fondation québécoise du patrimoine, Conseil du patrimoine religieux du Québec.	Heritage Montréal, Amis et propriétaires de maisons anciennes du Québec, Les amis de la montagne, Culture Montréal.

Fonte: Autora, 2017.

Foram identificadas entidades nos âmbitos internacional, nacional e regional que adotam enquanto missão ou finalidade a proteção do patrimônio cultural. Na cidade de Sabará não foram identificadas quaisquer entidades, sem vínculo governamental, ativas e atuantes especificamente na proteção do patrimônio cultural. A ausência de organizações civis para a proteção do patrimônio indica a necessidade de incentivar a participação popular.

A última categoria de proteção foi identificada na pesquisa a partir da observação de cada um dos doze patrimônios estudados que constatou-se a presença de estruturas eletrônicas – câmeras de segurança e alarmes, bem como a utilização de chaves e correntes para a proteção física do patrimônio cultural. Entretanto, os instrumentos eletrônicos não foram visualizados nos patrimônios culturais de Sabará.

Os guias turísticos e funcionários questionados não informaram a existência deste aparato o que dificulta, a análise desse item foi a partir de uma observação da estrutura interna e externa dos patrimônios culturais. Por sua vez, na cidade de Montréal grande parte do patrimônio estudado possui circuito de câmeras. A utilização do aparato tecnológico deveria ser requisito essencial visto que auxilia na identificação da autoria de eventual extravio de

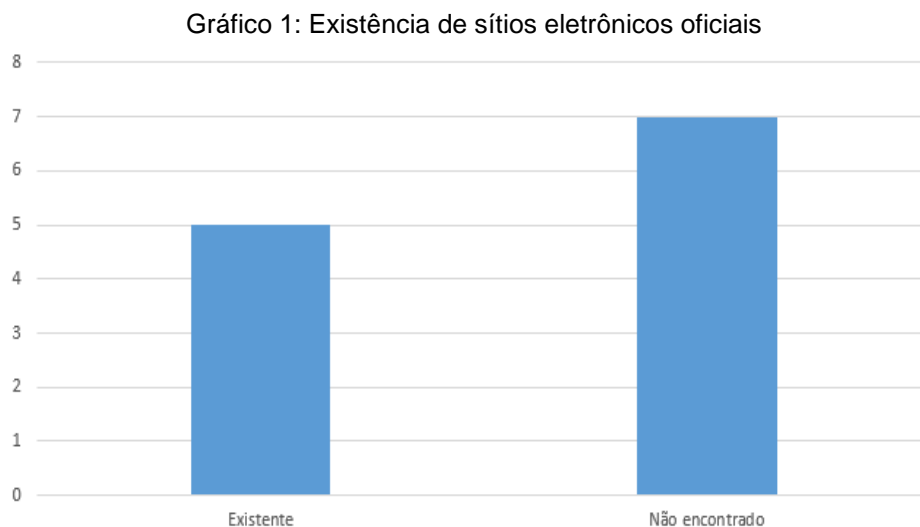
<sup>44</sup> ICCROM Centro Internacional para estudos da conservação e restauração de imóveis culturais que é uma instituição criada a partir da declaração universal dos direitos humanos que afirma que todos têm direito de participar livremente da vida cultural da comunidade. O ICCROM fornece aos profissionais do patrimônio cultural conhecimento, ferramentas e treinamento para salvaguarda dos bens. O Centro Internacional possui uma biblioteca com mais de cem mil inscrições no seu catálogo e um acervo de mais de dezessete mil imagens.

<sup>45</sup> Tem como missão a proteção dos patrimônios culturais mundiais principalmente em situação de emergência.

acervo e do dano do bem cultural. Ocorre que tal fator depende diretamente da disponibilização de recursos financeiros.

#### 4.2 Os dados dos patrimônios culturais pesquisados

A presente pesquisa identificou que apenas cinco dos doze patrimônios estudados possuíam sítios eletrônicos oficiais elaborado pelos órgãos responsáveis por sua manutenção. Do referido total identifica-se que todos os bens culturais escolhidos para análise da cidade de Sabará não dispõem de um sítio eletrônico próprio.

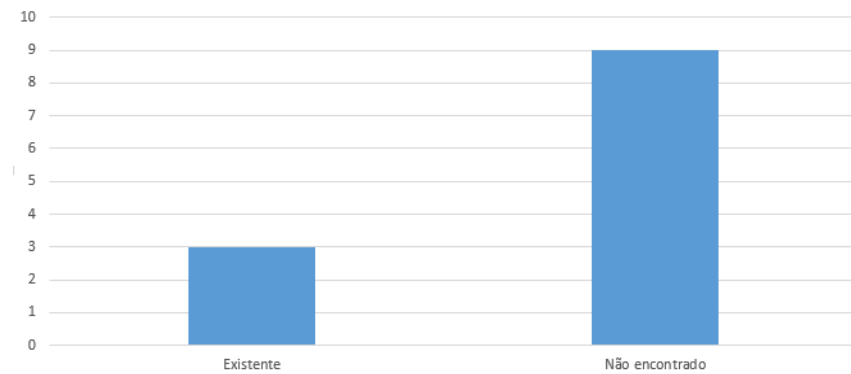


Fonte: Autora, 2017.

O referido fato limita o acesso as informações e faz com que o interessado por informações do patrimônio acabe buscando outras fontes de informação. Muitas das vezes as fontes de informação não-oficiais são sítios eletrônicos de turismo e enciclopédias editável por terceiros – é o caso da Wikipédia. Por outro lado, dos bens culturais estudados referentes à cidade de Montréal, apenas torres do Saint-Sulpices não possui um sítio eletrônico organizado pela administração do bem.

Outra situação constatada pela pesquisa foi a ausência de material impresso disponibilizado ao interessado em visitar o bem cultural. Em nenhum bem visitado na cidade de Sabará foi possível receber um material impresso explicativo, salvo o mapa da cidade com os principais monumentos históricos. Enquanto que na cidade de Montréal a Basílica de Notre-Dame, o Marché Bonsecours e o Saint Joseph's Oratory foram identificados folhetos e livretos, traduzidos em diversas línguas, que faziam um breve histórico dos bens culturais.

Gráfico 2: Patrimônios com material impresso



Fonte: Autora, 2017

Por outro lado, em todos os patrimônios visitados eram visíveis placas comemorativas ou explicativas com um pequeno resumo ou frase que fazia referências históricas dos bens culturais. Além das placas, no centro histórico da cidade de Montréal existem grandes totens que permitem que o interessado pelo patrimônio cultural experimente a realidade aumentada e escute os áudios com informações relevantes a partir do acesso do aplicativo mobile “*Montréal em Memoires*”.

Figura 19: Cité Mémoire



Fonte: Autora, 2017.

A cidade de Montréal fornece um guia turístico oficial em forma de livro de bolso que possui todas informações gerais dos patrimônios culturais, do transporte da cidade e dos locais de entretenimentos. O guia é dividido por áreas que facilitam a compreensão do interessado em visitar a cidade.

Considerando os dados supracitados que demonstram a carente estrutura informacional de grande parte dos patrimônios estudados no que tange o acesso e disponibilização das informações em ambiente virtual e em material impresso optou-se por

verificar se existiam outros tipos de locais, em ambiente virtual, onde estariam localizadas informações oficiais dos patrimônios culturais pesquisados.

Antes, porém, foi necessário identificar quais redes sociais seriam analisadas diante o enorme número de possibilidades. Neste sentido, optou-se por utilizar a plataforma "Google Trends" que indica a popularidade de determinado termo pesquisado no sítio eletrônico de buscas Google. Para Souza (2006) o mecanismo de busca Google foi o primeiro que desenvolveu o algoritmo que calcula o "valor" de um sítio eletrônico "levando-se em conta àquelas páginas que para ele apontem".

Identificou-se as três redes sociais mais relevantes: Facebook, Twitter e Instagram<sup>46</sup>. Quando comparado o índice de relevância das três redes escolhidas verifica-se que a média de relevância, em um total de cem pontos, do Facebook, do Twitter e do Instagram é de oitenta e oito, seis e oito respectivamente<sup>47</sup>.

Apesar da popularidade das redes sociais, verifica-se pouco interesse dos mantenedores dos patrimônios culturais em disponibilizar informações e métodos de interação com o usuário das redes sociais. Destaca-se, mais uma vez, que os patrimônios culturais de Sabará possuem quase nenhuma interação nas redes sociais, visto eu apenas o Teatro Municipal de Sabará possui um perfil no Facebook. Por outro lado, o desinteresse nas redes sociais Twitter e Instagram pode ser justificado pelo valor atribuído a cada uma pelo próprio "Google Trends".

Tabela 6: Patrimônios com perfil nas redes sociais

Patrimônio Cultural	Facebook	Twitter	Instagram
Igreja de Nossa Senhora do Carmo			
Capela de Sant'Ana			
Igreja Nossa Senhora do Rosário			
Teatro Municipal	X		
Chafariz do Kaquende			
Hospício da Terra Santa			
Edifício Club Mount Royal			
Basilique Saint-Patrick	X		
Saint Joseph's Oratory	X	X	X
Tours du Fort-des-Messieurs-de-Saint-Sulpice			
Basilique Notre-Dame	X	X	
Marché Bonsecours	X		

Fonte: Autora, 2017

<sup>46</sup> Google Trends, consultado em 10 de maio de 2017.

<sup>47</sup> Pesquisa relativa ao período de 10/05/2016 a 10/05/2017.

Outro aspecto analisado pela pesquisa foi o número de páginas relacionadas e citações no Google. O número de páginas relacionadas foi acessado diante a inserção de um termo específico no campo de buscas do sítio eletrônico Google, o resultado faz referência aos sítios eletrônicos onde podem ser visualizadas os termo pesquisados.

Por sua vez, a média de citações e média de citações por assunto foram identificados na plataforma “Google Adwords”. A referida plataforma é muito utilizada para fins de marketing digital uma vez que empresas e outros interessados utilizam as informações acerca do número de vezes que determinado termo foi consultado para colocarem os anúncios em destaque no Google.

Tabela 7: Número de páginas relacionadas e citações no Google

Termo/Expressão utilizada	Números de páginas relacionadas no Google	Média de citações no Google – termo exato (outubro/2017)	Média de citações por assunto – termos próximos (outubro/2017)
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	138.000	0	110
Capela de Sant’Ana Sabará	503.000	0	0
Igreja Nossa Senhora do Rosário Sabará	146.000	0	50
Teatro Municipal de Sabará	82.200	0	290
Chafariz do Kaquende	35.300	0	50
Hospício da Terra Santa Sabará	1.400	0	10
Club Mount Royal Montréal	713.000	10	322.300
Basilique St Patrick Montréal	34.600	30	143.420
Saint Joseph Oratory	373.000	2.900	33.020
Tours du Fort-des-Messieurs-de-Saint-Sulpice Montréal	809.000	0	2.032.350
Basilique Notre-Dame Montréal	432.000	1.000	642.040
Marche Bonsecours Montréal	231.000	140	213.100

Fonte: Autora, 2017

A tabela supracitada demonstra que nenhum do patrimônios culturais de Sabará foram pesquisados no mês de outubro de 2017<sup>48</sup>. O Google é a maior ferramenta de buscas da rede mundial de computadores a ausência de pesquisa sobre os bens culturais é um grande apontamento porque significa que menos pessoas estão tendo interesse de conhecer a história desses bens por meio de informações disponíveis na internet.

Os dados da tabela acima indicam que o Hospício da Terra Santa é o patrimônio com menos sítios eletrônicos de referência. Enquanto que em Montréal a basílica de Saint-Patrick é o que possui o menor número de sítios eletrônicos relacionados. Apesar da semelhança na

<sup>48</sup> Informação apreendida a partir dos termos/expressões utilizadas

redução do número de sítios relacionados, o bem cultural da cidade de Sabará possui vinte e quatro vezes menos sítios eletrônicos relacionados do que Montréal.

Por outro lado, observa-se que o Saint Joseph's Oratory é o mais buscado no Google, mesmo não possuindo o maior número de páginas relacionadas no Google. Outra situação demonstrada é que mesmo possuindo um grande número de páginas relacionadas a Capela Sant'Ana não possui citações nem do termo exato pesquisado quanto de expressões próximas. A falta de popularidade de buscas é mais um resultado da ausência de mecanismos eficientes de disponibilização das informações.

Considerando que os patrimônios de Sabará não eram buscados no Google, não possuíam redes sociais<sup>49</sup>, sítios eletrônicos institucionais viu-se a necessidade de identificar se os bens estavam em condições de preservação adequada. A UNESCO distingue o perigo de dano do bem cultural entre comprovado e potencial<sup>50</sup> a pesquisa identificou se existia algum tipo de bem cultural passível de danos a partir desse tipo de classificação.

Observou-se que, na verdade, todos os bens culturais estão passíveis de mudanças climáticas que podem causar a deterioração do bem. A ausência de comprovação da relação existente entre o grau da alteração climática com o tipo de perigo potencial não pode ser realizada por um trabalho de observação. Os demais aspectos identificados pela UNESCO como perigos que os bens culturais estão suscetíveis, não foram identificados na pesquisa.

Tabela 8: Perigo de dano do patrimônio analisado

Patrimônio analisado	Perigo comprovado	Perigo potencial	Péssimo estado de conservação	Bom ou regular estado de conservação
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Não identificado			Identificado
Capela de Sant'Ana	Não identificado		Identificado	
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Não identificado		Identificado	
Teatro Municipal	Não identificado		Identificado	
Chafariz do Kaquende	Não identificado		Identificado	

<sup>49</sup> Salvo o Teatro Municipal.

<sup>50</sup> "No perigo comprovado o bem está ameaçado por um perigo comprovado, específico e iminente, como por exemplo: (i) alteração grave dos materiais; (ii) alteração grave das estruturas e/ou da decoração; (iii) alteração grave da coerência arquitetônica e urbanística; (iv) alteração grave do espaço urbano ou rural, ou do ambiente natural; (v) perda significativa de autenticidade histórica; (vi) desvirtuamento grave do significado cultural. No perigo potencial o bem está confrontado com ameaças graves que poderão ter efeitos nocivos sobre as suas características essenciais como: (i) modificação do estatuto jurídico do bem, suscetível de reduzir o grau de proteção; (ii) carência de uma política de conservação; (iii) ameaças decorrentes de projetos de planejamento do território; (iv) ameaças decorrentes de planos de urbanização; (v) conflito armado que eclodiu ou está em vias de eclodir; (vi) ameaças de impactos decorrentes de fatores climáticos, geológicos ou ambientais" (UNESCO, 2012).

Hospício da Terra Santa	Não identificado		Identificado	
Édifice Club Mount Royal	Não identificado			Identificado
Basilique Saint-Patrick	Não identificado			Identificado
Saint Joseph's Oratory	Não identificado			Identificado
Tours du Fort-des-Messieurs-de-Saint-Sulpice	Não identificado			Identificado
Basilique Notre-Dame	Não identificado			Identificado
Marché Bonsecours	Não identificado			Identificado

Fonte: Autora, 2017.

Os bens culturais de Sabará precisam de restauro vez que os desgastes estão visíveis e a ausência de manutenção piora o que já está danificado. A Capela Sant'Ana não dispõe de uma estrutura de monitoramento e está frequentemente exposta as modificações do clima, as paredes apresentam mofo e o interior precisa de restauro.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Chafariz do Kaquende precisam de restauro nas suas ornamentações. No caso do Chafariz, os contornos das ornamentações e esculturas estão muito desgastados. Apesar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário estar inacabada, o que inclusive justifica sua proteção, a ausência de uma estrutura de fiscalização e de política de acesso de visitação vem possibilitando a retirada de estruturas de alvenaria de pedra do local por delinquentes, a Igreja está exposta ao vandalismo. A capela de taipa, construída em 1713, possui suas pinturas e afrescos desgastados e partes mofadas.

O Teatro Municipal estava com sua estrutura completamente prejudicada e desde 2016 está recebendo reparos e restauração. O Hospício da Terra Santa possui desgaste evidente na estrutura diante as rachaduras evidenciadas. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo está em estado regular de conservação, apesar de seu acervo necessitar de restauro e sua estrutura de reforma, o bem cultural está melhor conservado que os demais.

Por fim, foram identificados os números de vezes que os bens culturais estudados foram citados nas plataformas de periódicos Capes e Virtuose (a primeira brasileira e a segunda canadense). Com exceção do Chafariz do Kaquende, que não foi citado em nenhuma plataforma, todos os demais termos buscados foram recuperados. Assim, observou-se que na plataforma Capes o edifício do Mount Royal Club possui o maior número de resultados encontrados, o que também foi visualizado na plataforma Virtuose.

Tabela 9: Citações nas plataformas Capes e Virtuose

Termo/Expressão utilizada	Capes	Virtuose
Igreja de Nossa Senhora do Carmo Sabará	14	3
Capela de Sant'Ana Sabará	9	14
Igreja Nossa Senhora do Rosário Sabará	10	2
Teatro Municipal Sabará	11	6
Chafariz do Kaquende	0	0
Hospício da Terra Santa Sabará	1	1
Édifice Club Mount Royal	1.054	2.263

Basilique Saint Patrick Montréal	8	73
Saint Joseph Oratory Montréal	431	1.068
Tours Saint Sulpice Montréal	50	220
Basilique Notre Dame Montréal	78	184
Marché Bonsecours Montréal	44	79

Fonte: Autora, 2017.

O Hospício da Terra Santa foi citado por ambas plataformas e apresentou à similaridade de resultados. O oratório Saint Joseph foi o segundo bem cultural com o maior número de resultados nas plataformas pesquisadas. Observa-se que de maneira geral os bens culturais de Montréal possuíram o maior número de resultados encontrados o que indica o maior número de produções acadêmicas.

Todos os dados analisados indicam que os bens culturais da cidade de Montréal possuem o maior número de informações disponíveis que podem ser acessadas aos interessados pelos bens culturais. A ausência de disponibilidade de informações está diretamente relacionada ao grau de proteção do patrimônio cultural uma vez que o patrimônio que não é visto também demonstra ser, conforme pode se analisar, menos preservado.

### 4.3 Experiências isoladas

A pesquisa identificou experiências particulares de cada cidade com objetivo de despertar a importância social dos patrimônios culturais. A cidade de Sabará utiliza da estrutura de fóruns regionais para fortalecer o vínculo da sociedade com os patrimônios culturais e possibilitar o diálogo entre administração pública e os cidadãos.

A cidade de Montréal adota consultas públicas para identificar se as políticas pretendidas pela administração pública estão compatíveis com o desejo dos cidadãos. A referida medida possibilita a participação democrática e o acesso do cidadão das decisões sobre o patrimônio cultural. A cidade de Sabará adota festas comemorativas para valorizar os patrimônios culturais da cidade, assim estimulam o turismo e propagam a importância do tema.

Por meio do sítio eletrônico “*Amerique Française*”<sup>51</sup> é possível explorar a história dos principais patrimônios culturais de Québec afim de justificar a importância da manutenção da origem francesa da província. Além de um banco de dados com vídeos, imagens e artigos, o

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.ameriquefrancaise.org>> . Acesso em 19 ago. 2017.

visitante pode acessar jogos e módulos interativos que tornam a experiência de compreender a importância da América Francesa um verdadeiro entretenimento.

## 5. O PROTÓTIPO MOBILE E A PROTEÇÃO INFORMACIONAL

O conceito de proteção informacional também foi concebido na presente pesquisa diante a necessidade de esclarecer porque a informação pode ser utilizada para a proteção do patrimônio cultural e como o uso da informação poderá identificar antecipadamente eventuais danos (problemas). A informação é utilizada em diferentes contextos e situações, sempre vinculada ao comportamento de seu usuário.

O comportamento informacional é também compreendido como o comportamento do uso ou da recuperação da informação e acompanha as mudanças progressivas no processo de busca de informação (BEAULIEU, 2003).

O conceito pode ser aplicado nos casos que a informação disponível sobre determinado objeto for utilizada para a criação de estratégias ou métodos para proteção desse mesmo objeto. Choo (2003) coloca três situações que justificam o uso da informação: criar significados, construir conhecimento e tomar decisões.

Apesar de estar atribuído ao uso da informação em organizações, o modelo de Choo pode ser compreendido nos casos em que a informação necessita ser interpretada para evidenciar estratégias de redução de danos (criar significados). No mesmo sentido, uma vez identificada a melhor estratégia para a redução de determinado dano o conhecimento adquirido passa a ser replicado (construir conhecimento). Por fim, caberá ao usuário, responsável pela aplicação de uma estratégia para a redução do dano, tornar efetivo o que se tornou conhecido e adotar as decisões cabíveis (tomada de decisão).

O referido conceito não tem finalidade de assegurar a integridade da informação, mas aplicar as informações disponíveis para evitar um risco ou dano ao que se pretende proteger. Portanto, ao invés de buscar a vulnerabilidade para encontrar o caminho da defesa, a proteção informacional busca compreender a estrutura para evitar a vulnerabilidade e exposição.

A necessidade de serem estabelecidos preceitos para a proteção da informação está diretamente conectada ao que motivou o uso da informação. Para Derr (1983) a necessidade da informação é a relação existente entre a informação e sua finalidade. Por sua vez, Wilson (1981) vincula a necessidade da informação como uma necessidade cognitiva e inerente do ser humano porque está diretamente ligada ao comportamento *information behavior*). Na medida em que foi apontada a necessidade de criação de estruturas, ferramentas e métodos capazes de serem auxiliares na salvaguarda do patrimônio cultural afim de evitar ou prevenir danos, pensou-se na criação de uma ferramenta de acesso mobile. Neste contexto, foi concebida a ideia de um aplicativo mobile que pretende disponibilizar as fontes de informação dos bens culturais.

As fontes de informação possibilitam a identificação de todos os elementos utilizados na construção de uma edificação protegida até os motivos pelos quais os patrimônios foram escolhidos para ser preservados. A disponibilização de uma aplicação mobile interativa e gratuita das fontes de informação poderá ser instrumento de fiscalização e lazer de uma sociedade composta por cidadãos-usuários de tecnologias digitais capazes de apontar em tempo real problemas.

A projeção virtual dos bens culturais e a utilização de ferramentas de realidade aumentada poderão despertar interesse no conhecimento dos bens culturais. Para Barbosa & Porto (2011) o objeto não precisa existir fisicamente para ser real e o objeto virtual pode ser uma réplica do real.

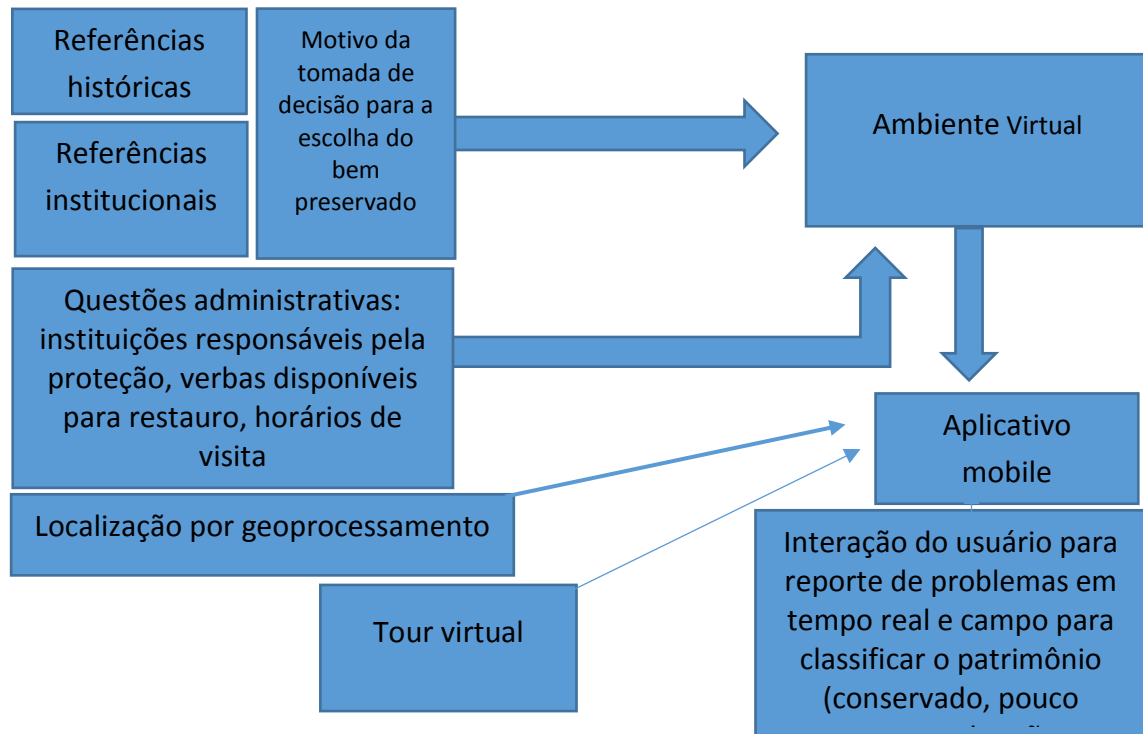
Propõe-se a criação de um sítio eletrônico e um protótipo mobile que faça a localização por geoprocessamento de bens possibilitando, assim, a interação do usuário com o ambiente que pretende visitar. O protótipo poderá ser utilizado para a localização de bens culturais mais próximo do usuário que além da visita física poderá realizar uma visita virtual do bem cultural.

A ferramenta foi pensada afim de possibilitar que o usuário encontre o patrimônio cultural mais próximo com o maior número de informações e imagens capazes de possibilitar uma fácil identificação. Além desse aspecto, o usuário poderá apontar problemas e classificar o patrimônio cultural em “conservado”, “pouco conservado”, “não conservado”. A classificação partirá do próprio usuário que poderá, ainda, justificar o motivo da classificação.

A utilização de plataformas digitais de conteúdo de livre apropriação para a criação do aplicativo são necessárias vez possibilitam a redução de custos. Neste sentido são necessárias diversas etapas para a criação do protótipo: 1) identifica a arquitetura informacional; 2) identificar em quais locais estará disponível; 3) criar uma rede de acessos hierarquizadas capaz de possibilitar a inclusão do número de informações de forma correta; 4) identificar o fluxo informacional e para onde serão encaminhadas os dados coletados; 5) inserir as informações dos patrimônios culturais; 6) criar a identidade visual; 8) elaborar a estratégia de marketing do produto.

A proposta de protótipo mobile pretende estimular o cidadão a conhecer profundamente a estrutura dos bens culturais e, ao mesmo tempo, ser ferramenta capaz de identificar e prevenir danos ao patrimônio na medida em que amplia o número de pessoas com acesso ao bem.

Figura 20: Arquitetura do protótipo



Fonte: Autora, 2017.

Na proposta acima é possível identificar que as referências históricas, institucionais e os motivos que levaram a escolha do bem enquanto um patrimônio cultural devem estar disponibilizadas no aplicativo mobile. A interação do usuário é possibilitada com o reporte de problemas e a classificação da preservação do patrimônio cultural.

O aplicativo possibilitará que o usuário avalie o bem por meio de uma nota mediante os critérios de conservação, e completude das informações. O conjunto das notas possibilitará identificar quais bens estarão com avaliações inferiores e indicará a necessidade de reparo, manutenção ou disponibilização de mais informações sobre os bens.

Para a maior interação à aplicação deverá possibilitar que o usuário crie um perfil com suas informações básicas e visualize por geoprocessamento o patrimônio público cultural mais perto de sua localização atual.

A ideia do protótipo proposto foi concebida para ser uma ferramenta fácil de ser manejada pelo usuário, devendo possuir poucos links a fim de evitar que o excesso de informação desestimule a interação do usuário. Inicialmente o protótipo apresentará alguns desafios. O número de patrimônios culturais é elevado e o lançamento dos referidos em ambiente virtual deverá ser acompanhado por um administrador com domínio em manipulação de *softwares*.

Em um mundo ideal, a criação de convênios ou acordos com os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural torna-se uma alternativa para que as informações sejam fidedignas e reduza o impacto do número de lançamentos de dados. As informações lançadas na ferramenta devem ser originárias de fontes informacionais fidedignas com comprovação justificada.

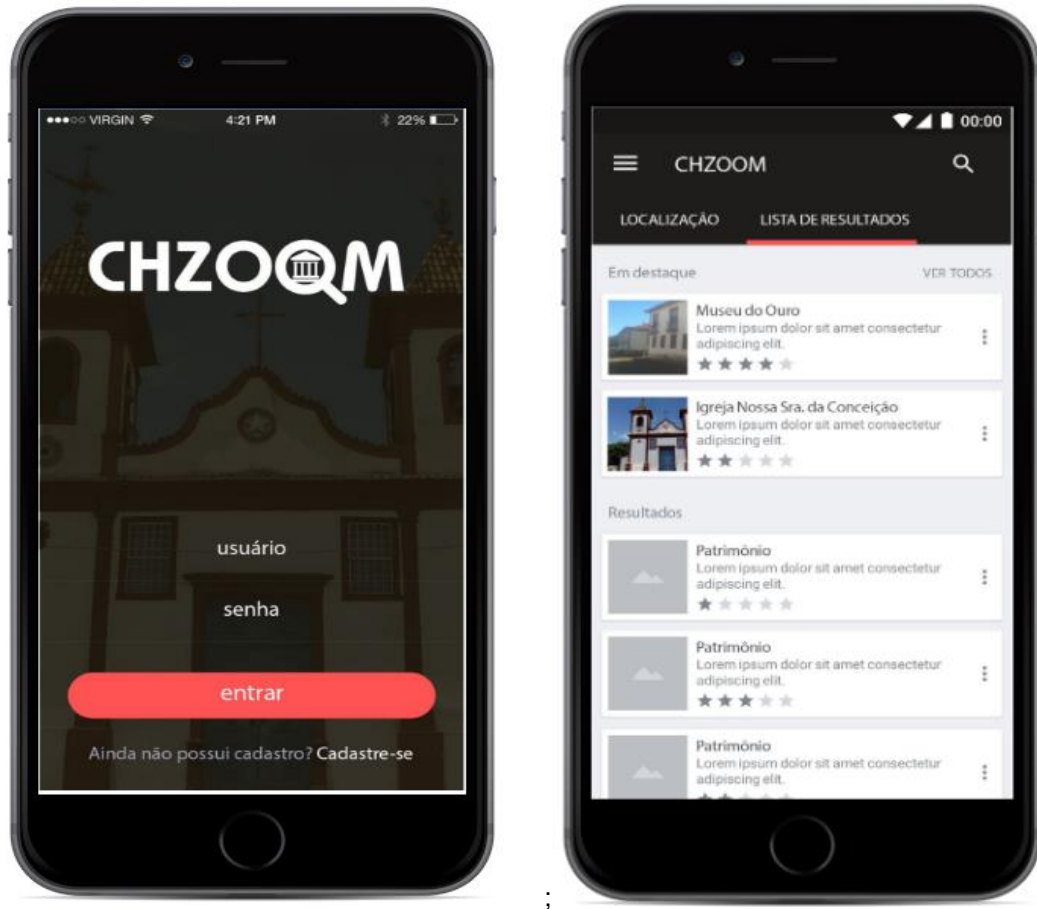
Um dos maiores problemas identificados na rede internacional de computadores é o elevado número de informações sem fundamentação comprovada que são diariamente disponibilizadas na internet. Assim, serão admitidas a recuperação de dados localizados em sítios eletrônicos, arquivos físicos, documentos de órgãos institucionais responsáveis pela proteção do patrimônio público. Os dados recuperados serão disponibilizados aos cidadãos para que tenham maior conhecimento dos motivos pelos quais os bens devem ser preservados.

O protótipo foi concebido para possuir duas funções inovadoras: o reporte de problemas e a classificação do bem pelo estado de conservação. A primeira ação sugerida possibilitará que o usuário aponte algum dano ou situações que indiquem perigo de dano do patrimônio cultural.

Pretende-se com o reporte de problemas o repasse das informações ou a simples divulgação dos problemas identificados pelos usuários da ferramenta afim de que sejam adotadas providências no sentido de reparo e manutenção.

A classificação do bem pelo estado de conservação possibilitará duplo resultado vez que permitirá que se conheça o que o usuário compreende do estado de conservação do bem cultural, bem como permitirá identificar a necessidade de implementações de medidas de reparo e manutenção. Portanto, observa-se dois métodos, dentro do mesmo protótipo, capazes de evidenciar o dano ao patrimônio cultural.

Figura 21: Uma proposta de tela inicial, tela de recuperação/resultados e tela de reporte de problemas para a utilização da aplicação em aparelhos smartphones



Fonte: Autora, 2017.

O protótipo poderá auxiliar no processo de conscientização do cidadão da importância da preservação do patrimônio cultural, uma vez que fornecerá as fontes informacionais necessárias para que o usuário passe por um processo íntimo e mental de compreensão da importância da salvaguarda. Assim, uma vez que o usuário tenha sido despertado ao conhecimento da importância da preservação poderá se tornar vigilante, fiscal e interessado no assunto.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa compreendeu que quanto mais se sabe sobre determinado bem cultural, mais são as chances de proteção do referido. Neste sentido, o responsável pela manutenção de determinado bem cultural que usufruir dos meios informacionais disponíveis poderá contar com o maior grau de proteção do mesmo. A afirmação supracitada pode ser evidenciada em diversas situações. A ausência da disponibilização, em ambiente de fácil acesso, do parecer que justifica o registro do bem indica que o cidadão não tem conhecimento do processo de tomada de decisão que considerou o bem cultural. Consequentemente, o cidadão não pode compreender a importância da preservação do bem cultural, uma vez que nem mesmo os mantenedores do bem cultural se atentaram na necessidade de tornar tal informação disponível.

Repisa-se a premissa de que não é possível compreender a importância de determinado bem cultural sem que estejam disponíveis as informações acerca do referido bem. Um casarão em uma rua não é um patrimônio cultural tombado sem que haja um processo legal de reconhecimento. O cidadão precisa saber que determinado casarão não é apenas uma residência porque foi convertido a patrimônio cultural por um processo específico que justificou sua importância. Um casarão em uma rua pode, simplesmente, ser apenas mais um imóvel antigo. A preservação do bem cultural está ligada ao legado e a cultura de um povo, portanto é imprescindível que sejam disponibilizadas as informações sobre o referido processo.

A pluralidade de fontes informacionais pode auxiliar no processo de conhecimento da importância do patrimônio cultural desde que as mesmas sejam identificadas e difundidas. A afirmação supracitada pode ser verificada nos resultados da pesquisa que apontam o maior grau de preservação dos patrimônios culturais de Montréal em relação aos de Sabará. As fontes de informação da cidade mineira estão em menor número, se comparadas com as fontes encontradas referentes aos patrimônios culturais da cidade canadense.

Os patrimônios culturais de Montréal possuem um número de fontes informacionais maior do que os de Sabará. Além disso, a administração pública de Montréal produz documentos específicos de conscientização para a necessidade de preservação do patrimônio. Outra situação observada em Montréal foi a existência de aplicativos mobile que possibilitam desde passeios guiados até a interação por realidade aumentada dos patrimônios culturais. Os aplicativos são ricas fontes de informação e possibilitam ao cidadão a experiência de conhecer sua cultura e os bens culturais.

A cidade de Sabará adota medidas culturais importantes para a preservação da proteção do patrimônio cultural, mas em menor escala se comparado à Montréal. A medida mais significativa, no ponto de vista desta pesquisa, adotada pela administração pública de Sabará foi a criação de fóruns participativos. A Prefeitura do Município de Sabará, com os fóruns participativos, possibilita o diálogo entre o mantenedor do patrimônio e o público a ele destinado. Por outro lado, a iniciativa poderia ser melhor explorada e disponibilizar documentos aos cidadãos que justificassem a importância da preservação do patrimônio cultural.

A cidade de Montréal possui quatro grandes bancos de dados que possibilitam a recuperação da informação sobre os patrimônios culturais. Os sistemas de recuperação da informação são importantes para possibilitar maior conhecimento dos bens culturais, vez que todos os dados inseridos podem ser utilizados para diversas situações e difusão da informação. A presente pesquisa utilizou os bancos de dados da cidade de Montréal para descobrir aspectos diferentes sobre os patrimônios culturais que não foram possibilitados na visita *in loco*. As fotografias antigas, as justificativas de proteção, as plantas e memoriais descritivos dos patrimônios não estavam disponíveis nos bens culturais quando foram realizadas as visitas. Entretanto, estavam disponíveis em ambiente virtual.

Grande parte da documentação patrimonial de Sabará está nos acervos da Secretaria de Cultura, do IPHAN e do IEPHA. A experiência de Montréal nos faz compreender que o maior número de sistemas de recuperação da informação possibilita o maior número de informações que poderão contribuir no processo de conhecimento do cidadão a fim de compreender a importância da preservação do bem. A cidade de Sabará, apesar de possuir um grande número de bens culturais protegidos não explora as oportunidades de divulgar o patrimônio cultural e sua importância.

No caso da cidade de Montréal é extremamente controversa a facilidade com que monumentos protegidos se tornam alvos de petições de demolições por motivo de segurança pública diante o alto grau de abandono e negligência. A proteção está vinculada à necessidade de manter e cuidar, portanto demolir por questões relativas a falta de manutenção é o mesmo que conceber que a legislação não possui o efeito correto. Apesar da existência de situações pontuais de abandono dos patrimônios culturais, a cidade de Montréal é muito mais organizada e disponibiliza o maior número informações sobre os bens culturais.

Em outro aspecto analisado, evidenciou-se as quatro categorias como forma de classificação dos tipos de proteção dos patrimônios culturais. A existência da proteção legal está configurada nas legislações acerca do patrimônio cultural protegido. A proteção

institucional foi identificada na existência de órgãos governamentais que buscavam a proteção do patrimônio cultural. A proteção voluntária foi evidenciada na existência de órgão não governamentais de proteção do patrimônio cultural.

A proteção por estruturas físicas foi identificada na evidência de recursos humanos, tecnológicos e estruturas capazes de fornecer segurança ao patrimônio cultural. Sobre a quarta categoria de proteção é importante destacar que os aparatos tecnológicos identificados se limitavam aos bens culturais de Montréal.

É importante destacar que as experiências internacionais tem possibilitado o acesso *ao vivo* a diversos bens culturais mediante a instalação de câmeras em pontos estratégicos dos patrimônios culturais. Além de ser um método de segurança dos bens culturais, as câmeras possibilitam uma visitação virtual do bem, o que incentiva a visitação real e o turismo local. Os bens culturais pesquisados poderiam passar por uma experiência semelhante afim de explorar o aparato tecnológico em prol da segurança e divulgação do patrimônio culturais.

A hipótese de que a informação auxilia na redução do dano ao patrimônio cultural foi evidenciada na presente pesquisa a partir da análise de dados. Tal manifestação pode ser evidenciada na comparação do estado de preservação dos bens culturais e do número de locais onde poderiam ser encontradas informações sobre os referidos bens, bem como adoção de sistemas de recuperação da informação e de difusão de fontes informacionais pelos mantenedores dos bens.

Em outras palavras, o objetivo geral proposto foi comprovado uma vez que os bens culturais com o menor número de fontes informacionais estão menos conservados. Os dados apresentados demonstram que os patrimônios culturais mais preservados são os que possuem o maior número de fontes informacionais. Logo, os bens mais conservados são aqueles cujo difusão da informação é maior. Os demais objetivos foram evidenciados: no momento da apresentação do protótipo mobile que vai estimular o cidadão a participar do processo de proteção do patrimônio cultural, bem como no momento da comparação realizada.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os responsáveis pelos patrimônios culturais não exploram o Facebook que é a rede social mais comentada no mundo, bem como não disponibilizam sítios eletrônicos institucionais. Por outro lado, observou-se que grande parte dos bens culturais de Montréal possuem sítios eletrônicos e perfis nas redes sociais, bem como estão inseridos dentro dos aplicativos mobile da cidade.

No que tange os dados evidenciados a partir de análise da plataforma Google, observou-se que durante o mês de Outubro de 2017 os bens culturais de Sabará não foram

buscados. Enquanto que apenas as torres Saint-Sulpice, em Montréal, passou pela referida experiência.

Nas plataformas Virtuose e Capes podem identificar as produções acadêmicas relacionadas aos bens culturais pesquisados. Em ambas plataformas não se recuperou qualquer produção acadêmica sobre o Chafariz do Kaquende. Os dois bens culturais com o maior número de produção acadêmica são o Édifício Club Mount Royal e o Saint Joseph's Oratory.

A cidade de Sabará possui bens culturais com proteção jurídica estabelecida antes da proteção de muitos patrimônios de Montréal. Entretanto, evidenciou-se que a cidade de Montréal, na década de 60 e 70 do século passado, foi envolvida em um movimento de salvaguarda dos bens culturais em favor da manutenção da história da cidade. Os cidadãos de Montréal puderam participar ativamente de discussões acerca do tema e foram envolvidos por uma grande comoção social. Pode-se dizer que os moradores de Montréal passaram por um processo de conhecimento da importância do bem cultural e o referido processo foi determinante para que fossem estabelecidas medidas mais efetivas de proteção do patrimônio, bem como a difusão das informações sobre os mesmos. A experiência nos leva a compreender que a cidade de Sabará necessita passar por um processo de conhecimento do patrimônio cultural.

Por fim, cumpre esclarecer que a presente pesquisa inovou ao propor um ciclo informacional de proteção do patrimônio cultural, ao apresentar as quatro categorias de proteção da informação e o conceito de proteção informacional. A proteção informacional foi idealizada como a possibilidade do uso da informação para a proteção e identificação antecipada de problemas. A concepção da ideia de um protótipo mobile poderá auxiliar na difusão da informação e ser mecanismo de proteção do bem cultural, possibilitando a integração dos conceitos apresentados com finalidade de evidenciar o papel da informação na proteção do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, R.D.C. Gestão do conhecimento em organizações; proposta de mapeamento conceitual integrativo. Saraiva, Curitiba, 2005.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. Soc. estado. vol.25, n.3, pp.539-560. Brasília, 2010. Disponível em <http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/be616e8040d069a1c94b0ff34ca4c535.pdf>. Acesso em 29 set. 2017.

ARAÚJO SÁ, José Adônis Callou de. Ação Civil Pública e Controle de Constitucionalidade. Del Rey, Belo Horizonte, 2002.

ARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. Atlas, São Paulo, 2003.

ÁVILA, Affonso. Iniciação ao Barroco Mineiro. Nobel, São Paulo, 1984

BARACHO, Renata; BARBOSA, Cátia. Museus: patrimônio virtual. Revista Museu. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28651>>. Acesso em: 20 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. O objeto museal em diferentes contextos e mídias. Revista Em questão, Porto Alegre, v 17, n.2, p 195-208, 2011.

BARBOSA, Cátia Rodrigues. La Muséologie à l'épreuve de La phénoménologie: la mise en scène des musées scientifiques et techniques. Paris: Editions Universitaires Europeennes, 2010.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. Informação & Informação, Londrina. v.13, n. esp, p. 1-25, 2008.

\_\_\_\_\_. Uso de fontes de informação para a inteligência competitiva: um estudo da influência do porte das empresas sobre o comportamento informacional. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 91- 102, 2006.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues; PEREIRA, Frederico Cesar Mafra Pereira, Modelos de tomada de decisão em empresas de pequeno porte: estudo de caso em uma escola de atendimento especializado de Belo Horizonte. Revista de Ciência da Informação, v.9, n.4, 2008.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues; SEPULVEDA, Maria Inês Moreira; COSTA, Mateus Uerlei Pereira da. Gestão da informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 13-24, 2009.

BERGERON, Yves. Museus e identidades culturais (Norte e Sul da América: perspectivas de pesquisa). *Anais do Seminário Internacional Ciência e Museologia: Universo Imaginário*. Belo Horizonte: 2015.

\_\_\_\_\_. La question du patrimoine au Québec. *État des lieux et mise en perspective*, v.9, p.7-31, Rabaska, 2011.

BEAULIEU, Anne. Combining Approaches for the Study of Networks on the Internet. *Journal of computer-mediated communication*. Vol 8, 2003. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcmc.2003.8.issue-4/issuetoc>>. Acesso em 30 Jul. 2017.

BERGERON, Yves; DUMAS, Suzanne. État des lieux du patrimoine des institutions muséales et des archives. *Cahier 8. Les institutions muséales du Québec, activités et rayonnement*. Québec, Observatoire de la Culture et des Communications du Québec, p. 160. Québec: 2008.

BERGERON, Yves; DUSSEUAULT-LETOCHA, Louise; GRIMARD, Jacques. Regard historique sur l'univers du patrimoine, des institutions muséales et des archives. *Observatoire de la culture et des communications de Québec*. Québec: 2006. Disponível em <[http://www.bdso.gouv.qc.ca/docs-ken/multimedia/PB01691\\_etat\\_patrimoine2006F01.pdf](http://www.bdso.gouv.qc.ca/docs-ken/multimedia/PB01691_etat_patrimoine2006F01.pdf)>. Acesso em 15 de jul. 2017.

BERGERON, Yves; GOULET, Marie-Eve; BARBOSA, Cátia Rodrigues; CASTELAS, Anne; CHARPENTIER, Noëlle; DESROSIERS, Justine; HAWRY, Marie-Claude; HÉTU, Vanessa; LABONTÉ, Marilie; LOGET, Violette; MEUNIER, Patrick-Oliver; STAWIK, Barbara. À la recherche des « objets phares » dans les musées. *Conserveries mémorielles Revue transdisciplinaire*, n. 19, Québec, 2016. Disponível em <<http://cm.revues.org/2316>>. Acesso em 30 de jan. 2017.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na UNESCO. Ações e significados*. Escritório da Unesco no Brasil. Brasília: 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. Malheiros. São Paulo: 1993.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 13. ed. Campus, Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1937. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

Acesso em 30 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça em números 2016: ano-base 2015. Conselho Nacional de Justiça – Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Brasília, 1937. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em 30 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação do Brasil. Brasília, 2013. Disponível em:

<[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_DOM\\_EMP\\_2013\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf)> Acesso em 30 de jan. 2017.

BROWN, Tim. Design Thinking: Uma poderosa metodologia para decretar o fim das velhas idéias. Ed. Campus Elsevier, 3ª ed. Rio de Janeiro: 2010.

CÂNDIDO, C. A.; VALENTIM, M. L. P.; CONTANI, M. L. Gestão estratégica da informação: semiótica aplicada ao processo de tomada de decisão. DataGramaZero, v. 6, n. 3, jun./2005.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. IEDS. Belo Horizonte: 2009.

CASTRO, A.L.S. O Museu do sagrado ao segredo. Revan. Rio de Janeiro: 2009.

CARREÑO, Francisco Javier Zubiau. Curso de Museologia. Trea, 1ª Ed. Espanha: 2014.

CENDÓN, Beatriz; CAMPELLO, Bernadete Santos; KREMER, Jeannette Marguerite. Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais. Ed. UFMG. Belo Horizonte: 2007.

CHAMMAS, A.; QUARESMA, M.; MONT´ALVÃO, C. Metodologias para criação de aplicativos: uma análise com foco no design centrado no usuário. Anais do 14º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade, Design de Interfaces Humano-Computador, 2014.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 3ª Ed. Estação Liberdade – UNESP. São Paulo: 2006.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. SENAC. São Paulo: 2003.

\_\_\_\_\_. Information management for the the intelligent organization: the art of scanning the environment. 2. Ed. Medford. NJ, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: A Dinâmica dos Sucessos das Organizações. Thonson. São Paulo: 2004.

\_\_\_\_\_. Administração de recursos humanos. 4. ed. Atlas. São Paulo: 1999.

\_\_\_\_\_.Administração. 3. ed. Makron Books. São Paulo: 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2. ed. Saraiva. São Paulo: 2001.

CORREIA, Telma de Barros. ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL Art déco e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Paulista, vol. 16, nº 2. São Paulo, jul/dec, 2008.

COSTA, Marília Maria Roslindo Damiani. Procedimentos para aplicação de mapas semânticos como estratégia para criação do conhecimento organizacional. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

DAVENPORT, T. H. Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Futura. São Paulo: 1998.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Campus. Rio de Janeiro: 1998.

DROUIN, Martin. Le combat du patrimoine à Montréal (1973 -2003). Press de l'Université du Québec. Québec: 2007.

ELLIS, D. Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In: VAKKARI, P. CRONIN, B. (orgs.). Conceptions of Library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives. Taylor Graham. p. 165-186. London: 1992.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris. Normalização de publicações técnico-científicas. 8.ed. Editora UFMG. Belo Horizonte: 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra C. Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro: 2006.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. O patrimônio histórico: como e por que preservar. Canal 6. Bauru: 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. Editora Atlas. São Paulo: 2008.

GILLES, Lauzon. Basilique Notre-Dame de Montréal. Québec: 2009. Disponível em: <[http://www.ameriquefrancaise.org/fr/article-646/Basilique\\_Notre-Dame\\_de\\_Montr%C3%A9al.html#.Wgo7HEqnHIU](http://www.ameriquefrancaise.org/fr/article-646/Basilique_Notre-Dame_de_Montr%C3%A9al.html#.Wgo7HEqnHIU)>. Acesso em 29 jun.2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In Regina Abreu e Mário Chagas (orgs.). Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos. DP&A. p. 21-29. Rio de Janeiro: 2003.

GREGOROVA, A. La muséologie – science ou seulement travail pratique du musée. MuWoP- DoTraM, n°1, p. 19-21, 2008.

GROGAN, D. A prática do serviço de referência. Briquet de Lemos/Livros, Brasília: 1995.

HENRIQUE, L. C. J.; BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento organizacionais: em busca de uma heurística adaptada à cultura brasileira. Perspectiva em Ciência da Informação, v.10, n.1, p4-17, jan./jun. Belo Horizonte: 2005.

HESSER, J. Teoria do conhecimento. Martins Fontes. São Paulo: 2000.

INOMATA, Danielly Oliveira; VARVAKIS, Gregório; SOARES, Antonio Lucas. Fluxos de informação e conhecimento em ambiente de inovação: evidências sobre a interação formal e informal para que o desenvolvimento de negócios em empresas incubadas em um parque tecnológico. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB). Salvador, 2016. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3810/2419>>. Acesso em 31 mar. 2017.

KLEIN, Juan-Luis; SHEARMUR, Richard. Montréal la cité des cités. Université du Québec, Québec, 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Artes Médicas. Porto Alegre: 1999.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brinquet de Lemos, 2ª Ed. Brasília: 2004.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimonio histórico. Brasiliense. São Paulo: 1981.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; CÉNDON, Beatriz Valadares. Um estudo sobre o uso de Sistemas de Recuperação de Informação: O Portal de Periódicos CAPES na UFMG. In: Simpósio Mineiro de Sistemas de Informação. Belo Horizonte, 2005. Disponível em

[http://www.luizmaia.com.br/docs/um\\_estudo\\_sobre\\_o\\_uso\\_de\\_sistemas\\_de\\_recuperao\\_d\\_e\\_informacao\\_portal\\_capes.pdf](http://www.luizmaia.com.br/docs/um_estudo_sobre_o_uso_de_sistemas_de_recuperao_d_e_informacao_portal_capes.pdf). Acesso 20 mai. 2017.

OLIVEIRA, R.H. Uma breve história do conhecimento e de sua proteção: aspectos da inteligência e da propriedade intelectual. Fundac-BH. Belo Horizonte: 2009.

ELLIS, D. Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Orgs.). Conceptions of Library and Information Science: Historical, empirical and theoretical perspectives. Taylor Graham. p. 165-186. London: 1992.

MENDES, Antônio Rosa. O que é patrimônio cultural. LDA. Portugal: 2012.

MELGAÇO BARBOSA, Ycarim. O despertar do turismo: uma visão crítica dos não lugares. Aleph. São Paulo: 2001.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. Artigo publicado em Ci. InfV 29,n.1, p. 14-24, jan./abril. Brasília: 2000.

NASCIMENTO, Eunice. Comportamento Organizacional. IESDE, Curitiba: 2012.

NAVARRO, E. A. Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. Global. São Paulo: 596.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria

Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). Geografia, turismo e patrimônio cultural. Annalube. São Paulo: 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. ArtCultura, vol. 4, n. 4, p. 29. Uberlândia: 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. Planilha de Bens culturais protegidos. Disponibilizada. Sabará, setembro: 2016.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto, 2007.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Bookman. São Paulo: 2007.

RÉDON ROJAS, Miguel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. Ciência da Informação, Brasília, v. 34,n.2, p. 52-61, maio/ago.2005.

ROCHA, Renato Souza. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. Perspectivas da ciência da informação, vol. 11, nº. 2. Bel Horizonte, mai/ago, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362006000200002>>. Acesso em 20. mar. 2017.

SANTOS, Margarete Regina Freitas; GONÇALVES, Aline Abreu MigonBOJANOSKI, Silvana de Fátima. Políticas públicas de preservação: instituições, personalidades e salvaguarda do patrimônio documental da arquitetura no Brasil. ORG: MICHELON, Francisca; JÚNIOR, Cláudio; GONZÁLES, Ana. Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Editora e Gráfica Universitária PREC-UFPEL, Pelotas: 2002.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. Ciência da Informação - Vol 24, número 1, 1995.

SARMENTO, Daniel. A dimensão objetiva dos direitos fundamentais: fragmentos de uma teoria. In. SAMPAIO, José Adércio Leite. Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais: Del Rey, . p. 251 – 314. Belo Horizonte: 2003.

SCHRIEWER, J. Aceitando os desafios da complexidade: metodologias de educação comparada em transição. In: Souza, D. B.; Martinez, S. A. (Orgs.). Educação comparada: rotas de além-mar. Xamã, p. 63-104. São Paulo: 2009.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, v. 9, p. 49-87. Porto Alegre: 1998.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 28. ed. Malheiros. São Paulo: 2006.

SILVA. T. E. da. (Org.). Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação. Néctar, Rio de Janeiro, 2008.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. The Mathematical Theory of Communication. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SOUZA, Maria Eliza de Campos. O patrimônio histórico edificado em Sabará e as dissonâncias no seu processo de conservação. In: ANPUH, XIII Simpósio Nacional de História. Londrina: 2005.

SUANO, Marlene. O quê é museu? .Brasiliense. São Paulo: 1986.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. LISBOA, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142008000200003>> . Acesso 23 mai. 2017.

UWIRE. "Estado Isl." Academic OneFile. Disponível em: <[go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&id=GALE%7CA420337494&it=r &asid=b93802cb29887e724af82fc71364c7f3](http://go.galegroup.com/ps/i.do?p=AONE&sw=w&u=capes&v=2.1&id=GALE%7CA420337494&it=r &asid=b93802cb29887e724af82fc71364c7f3)> . Acesso em 30 de jan. 2017.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; ROSÁRIO, Rayane Soares. O Barroco e Rococó Mineiro: arte, arquitetura, artistas. Jurisp. Mineira, a. 63, nº 203, p. 13-22. Belo Horizonte, out/dez: 2012.

VALENTIM, M M. L. P. Org. Gestão, mediação e uso da informação. Cultura Acadêmica. São Paulo: 2010.

VILELA, Clarisse. Hospícios da Terra Santa no Brasil. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11092015-095356/pt-br.php>>. Acesso em 29 set. 2017.

WAINWRIGHT, Hilary. Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda. Jorge Zahar . Rio de Janeiro: 1998.

WERSIG, Gemot & NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. The Information, p 127-140, Dec. 1975.

WILSON, T.D. Human information behavior. *Informing Science Research*, v.3, n.2, p. 49-55, 2000.